



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

**PROJETO BÁSICO
OBRA DE ENGENHARIA**

(Processo Administrativo nº 08441.000505/2021-20)

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de *empresa para execução de obra de reconstrução das coberturas de veículos da Delegacia de Polícia Federal em Santana do Livramento/RS*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:
- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de *obra de engenharia*.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no Anexo *III* do Projeto Básico.
- 1.4. O contrato terá vigência pelo período de *um (1) ano*, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- 1.5. O regime de execução do contrato será o de *empreitada por preço unitário*.
- 1.6. *O prazo de execução da obra será de dois (2) meses.*

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de *obra de engenharia*, a ser contratada mediante licitação, na modalidade *tomada de preço*.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. O presente processo visa a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma das coberturas de veículos da Delegacia de Polícia Federal em Santana do Livramento/RS, compreendendo a demolição das coberturas existentes e a construção de novas coberturas, conforme plantas constantes no Anexo VI.
- 5.1.2. Para as novas coberturas está sendo prevista solução em estrutura metálica, o que propiciará maior velocidade de execução e, conseqüentemente, menores transtornos para a delegacia, principalmente considerando que é exíguo o espaço disponível para a guarda de viaturas. A solução prevê a utilização de telhas onduladas de fibrocimento.
- 5.1.3. Devido às severas limitações do espaço disponível para a guarda de veículos naquela delegacia, está sendo proposta a ampliação do número de vagas cobertas, com a construção de uma estrutura metálica de cobertura também no terreno vizinho à delegacia, com 100,00 m². Ao final da obra, área total de vagas cobertas será de 364,60 m².
- 5.1.4. A presente proposta pretende aproveitar a oportunidade da reforma para incluir em seu objeto a restauração do piso em parquet do prédio da delegacia, em área de 362,00 m².
- 5.1.5. Para fins de utilização de tabelas desoneradas, declara-se que as atividades a serem contratadas encontram-se entre os itens 412, 432, 433 e 439 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE.
- 5.1.6. *Deverão ser observados os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial:*
 - 5.1.6.1. *segurança;*
 - 5.1.6.2. *funcionalidade e adequação ao interesse público;*
 - 5.1.6.3. *possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;*
 - 5.1.6.4. *facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;*
 - 5.1.6.5. *adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;*
 - 5.1.6.6. *infraestrutura de acesso;*
 - 5.1.6.7. *aspectos relativos à insolação, iluminação e ventilação;*
 - 5.1.6.8. *acessibilidade;*
 - 5.1.6.9. *sustentabilidade ambiental, visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Especial atenção deverá ser dada ao descarte do material residual da obra, que deverá receber destinação adequada, por meio de empresas licenciadas para o tratamento de cada tipo de material.*

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Projeto Básico.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. *Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (55) 3241-9000 e (55) 3241-9010.*
- 6.2. *O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.*
- 6.2.1. *Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*
- 6.2.2. *Quando da vistoria, não será permitido o uso de câmera fotográfica ou filmadora.*
- 6.3. *Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.*
- 6.4. *A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.*
- 6.5. *A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.1. *A execução da obra será iniciada tão logo emitida a Ordem de Serviço por parte da Fiscalização Técnica (fiscalização central) em Porto Alegre/RS.*
- 7.1.2. *Em âmbito local, a execução da obra só poderá ser iniciada após autorização por parte da Fiscalização Setorial (fiscalização local), mediante acerto com o chefe do Núcleo Administrativo (NAD) da unidade.*
- 7.1.3. *Ressalta-se que a base operacional está em funcionamento. Assim, a entrada em cada uma das salas deverá ser pré-agendada com a fiscalização local.*
- 7.1.4. *A obra deverá ser iniciada pelas demolições.*
- 7.1.5. *A conclusão da obra estará vinculada à aprovação das fiscalizações técnica e setorial.*

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1. *A Fiscalização Técnica da obra, conforme definida no inciso II do Art. 40 da IN SEGES/MP 05/2017, ficará a cargo do Grupo Técnico em Edificações da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (GTED/SR/PF/RS).*
- 8.2. *A Fiscalização Setorial (fiscalização local), conforme definida no inciso II do Art. 40 da IN SEGES/MP 05/2017, ficará a cargo do Núcleo Administrativo (NAD) da unidade.*

- 8.3. As demais atividades relacionadas nos Arts. 39 e 40 da IN SEGES/MP 05/2017 ficarão a cargo do Setor de Administração e Logística da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul (SELOG/SR/PF/RS).

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos projetos, conforme documentações constantes nos anexos deste Projeto Básico.*

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto;
 - 10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 10.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 10.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

10.11. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- 10.11.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- 10.11.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- 10.11.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- 10.11.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;
- 10.11.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro do serviço junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 10.11.6. a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar o contrato conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/obras efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 11.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

11.25. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;

11.26. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

11.27. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

11.28. <suprimido>

11.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;

11.30. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

11.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.33. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

11.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

11.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles

realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

11.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

11.38.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

11.38.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

11.38.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

11.38.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

11.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

11.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

11.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

11.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

11.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

11.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

11.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

11.39.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

11.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

11.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

11.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

11.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

11.40.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

11.41. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

11.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;

11.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);

11.44. No caso de execução de obra:

- 11.44.1. Cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima;
- 11.44.2. Aceitar que a Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 11.44.3. Aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 11.44.4. Reconhecer sua responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 11.44.5. Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela contratada, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 11.44.6. Aceitar, em caso de descumprimento da obrigação acima, a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, aceitar que contratante efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 11.44.7. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 11.44.8. Subcontratar somente empresas que aceitem expressamente as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.
- 11.44.9. Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.

11.45. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela contratada, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:

11.45.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

11.46. <suprimido>

11.47. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

11.48. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

11.49. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

11.50. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

12.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação

12.1.2. Somente poderão ser subcontratadas as parcelas do objeto que não tiverem relação com as parcelas consideradas relevantes, selecionadas pela Administração para a comprovação da capacidade técnica, constantes no item 21.3.

12.1.3. No caso em tela, poderão ser subcontratados os seguintes itens da planilha:

I-1.1 – Serviços iniciais (3,98%);

I-2.2 – Pinturas (3,57%);

I-3 – Pavimentações (1,25%);

I-4 – Instalações elétricas (2,50%);

I-5 – Instalações hidrossanitárias (0,45%);

I-6 – Serviços complementares (0,05%);

II – Restauração do parquet (7,64%).

12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

12.2.1. No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

12.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

12.4.1. as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

12.4.2. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

12.4.3. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

12.4.4. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

12.4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.4.4.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

12.4.4.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

12.4.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

12.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. <suprimido>

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. No caso de obras, cumpre, ainda, à fiscalização:

14.16.1. solicitar, mensalmente, por amostragem, que a contratada apresente os documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados alocados na execução da obra, em especial, quanto:

14.16.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

14.16.1.2. à concessão de férias remuneradas e pagamento do respectivo adicional;

14.16.1.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

14.16.1.4. aos depósitos do FGTS; e

14.16.1.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

14.16.2. solicitar, por amostragem, aos empregados da contratada, que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão ou não sendo recolhidas em seus nomes, por meio da apresentação de extratos, de forma que todos os empregados tenham tido seus extratos avaliados ao final de um ano da contratação, o que não impedirá que a análise de extratos possa ser realizada mais de uma vez em relação a um mesmo empregado;

14.16.3. oficiar os órgãos responsáveis pela fiscalização em caso de indício de irregularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS;

14.16.4. somente autorizar a subcontratação se as obrigações estabelecidas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018 forem expressamente aceitas pela subcontratada.

14.17. <suprimido>

14.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

15.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

15.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

15.2. O recebimento provisório será realizado pelo **fiscal técnico** após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

15.2.2. No prazo de até **15 (quinze) dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.2.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-

se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.3. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

15.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de trinta (30) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. No caso de obras, caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações de que trata a IN SEGES/MP nº 6, de 2018, a contratante comunicará o fato à contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Na hipótese prevista no subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da contratada no prazo de quinze dias, a contratante poderá

efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da contratante e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da contratada que efetivamente participarem da execução do contrato.

16.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

17. <suprimido>

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.1.2. Adota-se como marco inicial para contagem da anuidade (data-base): a data limite para a apresentação das propostas.

18.1.3. A aplicação do reajuste dependerá de solicitação da contratada durante o prazo de vigência contratual e antes de efetivada a entrega do objeto contratual.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de dez (10) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 *Será considerada extinta a garantia:*

19.12.1 *com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;*

19.12.2 *no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.*

19.13 *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

19.14 *A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.*

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3 e 19.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com

despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.10.1. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.3.1. Qualificação técnica profissional: o responsável técnico deverá comprovar já ter executado **cobertura em estrutura metálica**;
- 21.3.2. Qualificação técnica operacional: a empresa deverá comprovar já ter executado **cobertura em estrutura metálica com, no mínimo, 50 m² ou 1.000 kg.**
- 21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 21.4.1. Valor Global **máximo: R\$ 382.414,14 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e catorze reais e catorze centavos).**
- 21.4.2. Valores unitários **máximos:** conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.4.3. <suprimido>

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Tal valor foi obtido a partir de [preços de referência do sistema SINAPI, conforme determina o Decreto 7.983/13.](#)

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1. [As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021.](#)

Integram este Projeto Básico, para todos os fins e efeitos, os seguintes **Anexos**:

- Anexo I – Termo de justificativas técnicas relevantes e Estudos Técnicos Preliminares
- Anexo II – Caderno de encargos e Especificações Técnicas;
- Anexo III – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo IV – Planilha Estimativa de Composição de BDI;
- Anexo V – Cronograma físico-financeiro;
- Anexo VI – [Plantas](#);
- Anexo VII – Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013);
- [Anexo VIII – Composições Elaboradas](#)
- [Anexo IX – Pesquisas de Mercado](#)
- [Anexo X – Modelo de Proposta](#)

Município de [Porto Alegre, 12 de novembro de 2021.](#)

CARLOS ANDRE
XAVIER
VILLELA:00464173701

Assinado de forma digital por
CARLOS ANDRE XAVIER
VILLELA:00464173701
Dados: 2021.11.12 18:04:26 -03'00'

ENG. CIVIL CARLOS ANDRÉ XAVIER VILLELA – CREA RJ-004840

Perito Criminal Federal – Classe Especial – Matrícula 6005

Responsável pelo GTED/SELOG/SR/PF/RS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO I

Termo de justificativas técnicas relevantes e Estudos Técnicos Preliminares



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RS

ESTUDO PRELIMINAR Nº 20506450/2021-GTED/SELOG/SR/PF/RS

(EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2017 - SEGES/ME, DE 26 DE MAIO DE 2017, E ALTERAÇÕES POSTERIORES)

Processo nº 08441.000505/2021-20

ESTUDOS PRELIMINARES PARA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECONSTRUÇÃO DAS COBERTURAS DE VEÍCULOS DA DPFLIV/RS

Os presentes Estudos Preliminares visam a atender ao Art. 24 da Instrução Normativa nº 05/2017 - SEGES/ME, de 26 de maio de 2017, bem como às alterações introduzidas pela Instrução Normativa nº 40/2020 - SEGES/ME, de 22 de maio de 2020.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público

Neste item, você deve descrever a necessidade da compra/contratação, evidenciando o problema identificado e a real necessidade que ele gera, bem como o que se almeja alcançar com a contratação (inciso I, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, este campo é obrigatório.

A cobertura em questão foi recebida pela Polícia Federal, juntamente com o prédio da delegacia, em abril de 2011, vide Termo de Entrega (12018843). Não se tem conhecimento da idade dessa estrutura. Os primeiros sinais de colapso iniciaram-se ainda no ano de 2018. Naquele mesmo ano foi recomendada pelo GTED/SELOG/PF/RS a demolição da parte mais comprometida da estrutura. Nos anos seguintes, novas falhas foram sendo observadas, não apenas na parte inicialmente identificada como a mais crítica, mas em toda a cobertura. Solicitada uma opinião externa, a empresa Conceito Engenharia & Construção apresentou relatório ilustrado (18500537) recomendando a substituição de toda a estrutura.

A presente demanda visa a contratação de empresa de engenharia para execução de obra de reforma das referidas coberturas, compreendendo a **demolição** completa das coberturas existentes e a **construção** de novas coberturas, conforme Plantas (20554696) em anexo. Para as novas coberturas está sendo prevista solução em estrutura metálica, o que propiciará maior velocidade de execução e, consequentemente, menores transtornos para a delegacia, principalmente considerando que é exíguo o espaço disponível para a guarda de viaturas. A solução prevê ainda a utilização de telhas onduladas de fibrocimento. Devido às severas limitações do espaço disponível para a guarda de veículos naquela delegacia, está sendo proposta a ampliação do número de vagas cobertas, com a construção de uma estrutura metálica de cobertura também no terreno vizinho à delegacia (Rua Silveira Martins nº 1271), com 100,00 m². Ao final da obra, área total de vagas cobertas será de 364,60 m².

A presente proposta pretende aproveitar a oportunidade da reforma para incluir em seu objeto a restauração do piso em parquet do prédio da delegacia, em área de 362,00 m². Tal medida visa a atender o solicitado por meio do processo 08441.001002/2021-71.

Área requisitante

Aqui você deve informar o nome do(s) órgão(s), setor(es) ou área(s) que solicitou(aram) a contratação.

A contratação em questão foi solicitada pela chefia da Delegacia de Polícia Federal em Santana do Livramento/RS, visto que visa a propiciar maior segurança e conforto a todos os setores daquela sede policial.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade

Aqui você deve especificar quais são os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa. Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada (inciso II, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A responsabilidade pela execução da obra deverá ser de profissionais e empresas legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

Os executores da obra deverão ficar responsáveis pela mesma até sua conclusão, pelo fiel cumprimento dos projetos e pela assinatura da documentação pertinente ("as-built") da obra; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378/2010).

A obra deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais/distritais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

Se houver necessidade, o responsável pela obra deverá providenciar as devidas autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente.

A obra, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços, terá de considerar os seguintes requisitos:

- segurança;
- funcionalidade e adequação ao interesse público;
- possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- infraestrutura de acesso;
- aspectos relativos à insolação, iluminação e ventilação;
- acessibilidade;

- sustentabilidade ambiental, visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

No sentido de se garantir que a contratada terá condições de bem executar os serviços, serão exigidas as seguintes qualificações:

- Qualificação técnica profissional: o responsável técnico deverá comprovar já ter executado cobertura em estrutura metálica.

Justifica-se tal exigência pela análise de relevância (curva ABC) dos serviços, conforme demonstrado em anexo (20554879).

III - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções

Neste item, você deve informar o levantamento de mercado realizado, com a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e (b) ser realizada consulta, audiência pública ou realizar diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Caso, após o levantamento do mercado de que trata o inciso III, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível (inciso III, art. 7º, c/c §1º, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A solução ora proposta compreende, essencialmente, a execução de uma obra de reforma. A obra possui algumas peculiaridades por incluir cobertura em estrutura metálica que, todavia, não a tornam excepcional. Os conhecimentos e equipamentos necessários são usuais na categoria "estruturas metálicas", o que permitirá ampla participação de interessados.

Opta-se pelo regime de execução por preço unitário, tendo em vista tratar-se de uma obra de reforma, onde podem vir a ocorrer diferenças nos quantitativos.

Foi descartada a alternativa de seleção de fornecedor mediante pregão eletrônico, pois entende-se que a presente reforma não constitui serviço comum de engenharia, tendo em vista os seguintes aspectos:

- Os serviços em questão integram um caso de obra de reforma, compreendendo serviços mais simples (ex. pinturas), mas também serviços de maior complexidade, como execução de estrutura metálica e execução de projeto complementar (projeto estrutural), a ser elaborado pela Contratada.
- Registre-se que objeto compreende também a recuperação de funcionalidade, no caso, a recuperação do piso em parquet da delegacia.

Será admitida a subcontratação de serviços até o limite de 30% do valor da obra.

Finalmente, considerou-se que a vistoria prévia ao local da obra poderá ser facultativa, visto que os serviços previstos são usuais dentro da categoria "estruturas metálicas".

Ressalta-se que o prédio a ser reformado encontra-se em funcionamento e assim permanecerá durante todo o transcurso da obra.

IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução

Aqui você precisa descrever a solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (inciso IV, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, este campo é obrigatório.

A obra terá duração prevista de dois (2) meses, conforme Cronograma em anexo (20554844).

A descrição dos serviços pode ser encontrada no Memorial Descritivo (20554655).

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala

Neste campo é obrigatório que você justifique, em observância ao disposto no Art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/93, as quantidades a serem adquiridas devem ser justificadas em função do consumo e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (ex. série histórica do consumo - atendo-se a eventual ocorrência vindoura capaz de impactar o quantitativo demandado, criação de órgão, acréscimo de atividades, necessidade de substituição de bens atualmente disponíveis, etc). A estimativa das quantidades a serem contratadas deve ser acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

Obra envolvendo 726,60 m², sendo 364,60 m² de coberturas para veículos e 362,00 m² de piso em parquet.

Maiores detalhes sobre as quantidades de serviço e sua localização na obra podem ser encontrados na Planilha Orçamentária (20554740).

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

Neste item, é obrigatório que você estime o valor da contratação, acompanhado dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso, VI, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, este campo é obrigatório.

Para estimativa de preço, foram elaboradas as seguintes planilhas:

- Planilha Orçamentária (20554740)
- Planilha BDI Referencial (20554818)
- Planilha Composições Elaboradas (20554784)

Foram utilizados os preços do sistema SINAPI, conforme determina o Decreto n. 7983/13.

Foi considerada desnecessária a adoção de BDI diferenciado.

O valor da obra foi orçado em: **R\$ 382.414,14** (20554740).

Como critério de aceitabilidade de preços não serão admitidos preços unitários superiores aos preços unitários considerados na Planilha Orçamentária, nem não será admitido preço global superior ao valor total orçado.

No que se refere ao critério de julgamento, a licitação deverá adotar o critério de menor preço global.

Foi realizado estudo a fim de se verificar quais os preços (desonerados ou não desonerados) seriam os mais vantajosos para a administração, vide Planilha Estudo de Preços (20554903). Concluiu-se assim que seria mais vantajosa a consideração de preços não desonerados.

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável

Neste item, é imprescindível você informar se a divisão do objeto representa, ou não, perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado. No mesmo sentido, e especificamente para compras, o § 7º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável subsidiariamente ao pregão (art. 9º da Lei nº 10.520, de 2002), prevê a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala (inciso VII, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, este campo é obrigatório.

Opta-se pelo não parcelamento da solução. Os itens que constituem a presente contratação deverão ser executados por uma única empresa, assim justificando-se:

- Vantajosidade econômica: A divisão do objeto representaria, no presente caso, perda de economia de escala. No que se refere à mão de obra, serviços relacionados à administração central (setor de compras, setor de recursos humanos, setor de almoxarifado) e serviços de acompanhamento técnico (engenheiro, arquiteto, encarregado) tornam-se menos onerosos com o engajamento das equipes. No que se refere a materiais, maiores descontos são obtidos para compras de maior valor e/ou quantidade.
- Segurança: A segurança é um fator crucial para a Contratante. É recomendável que o acesso ao interior da área policial seja franqueado a uma única empresa. O acesso de pessoal deverá ser previamente solicitado, com o fornecimento dos documentos de identidade. A empresa contratada ficará como única responsável por eventuais danos causados às instalações.
- Interdependência de serviços: Os serviços deverão ser feitos em etapas e guardar perfeita sintonia entre si. Tome-se como exemplo os serviços de demolição, os quais deverão ser feitos de início, de maneira rápida, limpa e organizada, de forma a não causar transtornos aos usuários do prédio, o qual estará em plena utilização. Especial cuidado deverá ser tomado para o ingresso nas salas, o que deverá ser previamente agendado, a fim de não causar prejuízo às atividades da Contratante.

No que se refere especificamente à inclusão do serviço de "restauração do piso em parquet da delegacia", justifica-se assim esta medida:

- Os serviços de restauração de piso de parquet, cada vez mais raros nos dias de hoje, são geralmente executados por profissionais autônomos, os quais, na maioria das vezes, não dispõem de talonário de nota fiscal, registro no SICAF, certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, o que torna difícil sequer a obtenção de três orçamentos.
- Se tais profissionais já são escassos nos grandes centros urbanos, maior se torna o problema quando se trata de praça comercial pequena e de fronteira, onde os poucos profissionais autônomos disponíveis muitas vezes nem são brasileiros.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Nesse campo, você deve informar se há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras (inciso VIII, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No presente caso, não se aplicam contratações correlatas ou interdependentes.

IX - Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão

Aqui é imprescindível que você demonstre o alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão (inciso IX, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º. Este campo é obrigatório.

A presente demanda está prevista no Plano Anual de Obras 2021 da Polícia Federal (17195794), sob o seguinte registro constante do capítulo "5.6 - Pequenas Obras":

Código	Estado	Cidade	Unidade	Prédio	Descrição	Valor Aprovado (R\$)
RS-2021-51	RS	Santana do Livramento	DELEGACIA	Prédio 1	Manutenção/troca do telhado da garagem dos veículos, recentemente reparado parcial e precariamente em virtude de possibilidade de queda constatada por engenheiro da SR/PF/RS	15.000,00

Note-se que a demanda foi aprovada no PLANOB 2021, todavia, em valor inferior ao atualmente necessário. A expressiva diferença deve-se ao fato de que se acreditava possível a recuperação da estrutura existente, o que agora revela-se impraticável.

X - Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável

Você deve demonstrar os ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação, essencialmente efetividade e desenvolvimento nacional sustentável e sempre que possível, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis (inciso X, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A presente solução trará benefícios diretos e indiretos no quesito eliminação de risco estrutural, propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas.

XI - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização

Você deve informar, se houver, todas as providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No presente caso, inexistente necessidade de treinamento de pessoal.

XII - Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

É necessário que você descreva os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento ou mitigadoras buscando sanar os riscos ambientais existentes (inciso XII, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

No presente caso, os dejetos de obra serão volumosos e deverão ser removidos do local e encaminhados para um destino autorizado. As medidas de tratamento ou mitigadoras do risco ambiental existente são aquelas constantes no item 11.39 do Projeto Básico.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

É obrigatório que você declare expressamente se a contratação é viável e razoável (ou não), justificando com base nos elementos colhidos durante os Estudos Preliminares (inciso XIII, art. 7º, IN 40/2020). De acordo com o art. 7º, §2º.

Diante do acima exposto, entendemos ser viável a contratação.

Necessidade de classificação dos estudos preliminares nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

O presente processo versa sobre questões puramente administrativas e não requer classificação nos termos da Lei nº 12.527/11.

Equipe de Planejamento:

DPF Eduardo Fuhr - Siape: 3154908

PCF Carlos André Xavier Villela - Siape: 1183335

Equipe de Fiscalização:

Fiscalização Técnica - PCF Carlos André Xavier Villela - Siape: 1183335

Fiscalização Setorial - APF Douglas Rodrigues Figueiredo - Siape: 2270122



Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS RODRIGUES FIGUEIREDO, Chefe de Núcleo**, em 05/10/2021, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO FUHR, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 05/10/2021, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANDRE XAVIER VILLELA, Perito(a) Criminal Federal**, em 05/10/2021, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20506450** e o código CRC **CD096064**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/RS

Processo nº 08441.000505/2021-20

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES PARA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECONSTRUÇÃO DAS
COBERTURAS DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS**

1. Justificativa quanto ao parcelamento ou não do objeto.

Opta-se pelo não parcelamento da solução. Os itens que constituem a presente contratação deverão ser executados por uma única empresa, assim justificando-se:

- Vantajosidade econômica: A divisão do objeto representaria, no presente caso, perda de economia de escala. No que se refere à mão de obra, serviços relacionados à administração central (setor de compras, setor de recursos humanos, setor de almoxarifado) e serviços de acompanhamento técnico (engenheiro/arquiteto, encarregado) tornam-se menos onerosos com o enxugamento das equipes. No que se refere a materiais, maiores descontos são obtidos para compras de maior valor ou quantidade.
- Segurança: A segurança é um fator crucial para a Contratante. É recomendável que o acesso ao interior da área policial seja franqueado a uma única empresa. O acesso de pessoal deverá ser previamente solicitado, com o fornecimento dos documentos de identidade. A empresa Contratada ficará como única responsável por eventuais danos causados às instalações.
- Interdependência de serviços: Os serviços deverão ser feitos em etapas e guardar perfeita sintonia entre si. Tome-se como exemplo os serviços de demolição, os quais deverão ser feitos de início, de maneira rápida, limpa e organizada, de forma a não causar transtornos aos usuários do prédio, o qual estará em plena utilização. Especial cuidado deverá ser tomado para o ingresso nas salas, o que deverá ser previamente agendado, a fim de não causar prejuízo às atividades da Contratante.

No que se refere especificamente à inclusão do serviço de "restauração do piso em parquet da delegacia", justifica-se assim esta medida:

- Os serviços de restauração de piso de parquet, cada vez mais raros nos dias de hoje, são geralmente executados por profissionais autônomos, os quais, na maioria das vezes, não dispõem de talonário de nota fiscal, registro no SICAF, certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, o que torna difícil sequer a obtenção de três orçamentos.
- Se tais profissionais já são escassos nos grandes centros urbanos, maior se torna o problema quando se trata de praça comercial pequena e de fronteira, onde os poucos profissionais autônomos disponíveis muitas vezes nem são brasileiros.

2. Justificativa quanto ao regime de execução aplicável.

Opta-se pelo regime de execução por preço unitário, tendo em vista tratar-se de obra de reforma, onde podem vir a ocorrer diferenças nos quantitativos.

Foi descartada a alternativa de licitação por pregão eletrônico, pois entende-se que os presentes serviços não constituem serviços comuns de engenharia, tendo em vista os seguintes aspectos:

- Os serviços em questão integram um caso de obra de reforma, compreendendo serviços mais simples (ex. pinturas), mas também serviços de maior complexidade, como execução de estrutura metálica e execução de projeto complementar (projeto estrutural), a ser elaborado pela Contratada.
- Registre-se que objeto compreende também a recuperação de funcionalidade, no caso, a recuperação do piso em parquet da delegacia.

3. Justificativa quanto à possibilidade de elaboração de projeto executivo pela Contratada.

Um projeto executivo deverá ser elaborado pela Contratada: o projeto estrutural das coberturas, vide Memorial Descritivo (20554655).

O custo de elaboração desse projeto complementar foi considerado no item 0.1.2.1 da Planilha Orçamentária (20554740).

Esta medida justifica-se pela necessidade de um projeto que considere as cargas de vento da região e que detalhe minuciosamente todas as peças e conexões da estrutura a ser executada.

4. Justificativa quanto à participação ou não de cooperativas.

Não poderão participar da licitação sociedades cooperativas.

Tal medida justifica-se em função das limitações impostas pelo art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017.

5. Justificativa quanto às exigências de qualificação técnica.

No sentido de se garantir que a Contratada terá condições de bem executar os serviços, deverá ser exigida a seguinte qualificação:

- Qualificação técnica profissional: o responsável técnico deverá comprovar já ter executado cobertura em estrutura metálica.

Justifica-se tal exigência pela análise de relevância dos serviços, realizada por meio da Planilha Curva ABC (20554879). Note-se que o item "I-2.1.1 - Fabricação e montagem de estrutura metálica em aço carbono" é o mais representativo da planilha, respondendo sozinho por 36% do valor total da obra.

6. Justificativa quanto à obrigatoriedade ou facultatividade de vistoria

Considerou-se que a vistoria prévia ao local poderá ser facultativa.

Justifica-se esta decisão visto que os serviços previstos são muito usuais dentro da categoria "estruturas metálicas".

7. Justificativa quanto à possibilidade de subcontratação parcial e seus limites.

Será admitida a subcontratação de serviços até o limite de 30% do valor dos serviços.

Justifica-se esta medida no sentido de estimular a participação de empresas verdadeiramente ligadas ao setor de "estruturas metálicas".

8. Outros aspectos julgados relevantes.

Pelo seu valor estimado, entende-se cabível a realização de uma tomada de preços.

ENG. CIVIL CARLOS ANDRÉ XAVIER VILLELA - CREA RJ 004840

Perito Criminal Federal - Classe Especial - Matrícula 6005

Resp. pelo GTED/SELOG/SR/PF/RS

Responsável Técnico pela elaboração do Projeto Básico



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ANDRE XAVIER VILLELA, Perito(a) Criminal Federal**, em 05/10/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20506531** e o código CRC **F300A1F0**.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO II

Caderno de encargos e Especificações Técnicas

MEMORIAL DESCRITIVO

**Reconstrução da cobertura de veículos da Delegacia de Polícia Federal em
Santana do Livramento/RS**

Rua Silveira Martins nº 1257, Bairro Centro, Santana do Livramento/RS

SET / 2021

INTRODUÇÃO

O presente memorial tem como objetivo descrever as características da reforma a ser realizada na Delegacia de Polícia Federal em Santana do Livramento/RS, que está localizada na Rua Silveira Martins nº 1257, Bairro Centro, naquela cidade.

Para elaboração da proposta, deverá ser visitado o local para conhecimento e confirmação de tudo o que existe e sua interferência com o projeto, inclusive, interligações com equipamentos e construções existentes.

O proponente deverá considerar em seu estudo de custos que a delegacia está em pleno funcionamento e assim continuará durante todo o período das obras.

Compete aos proponentes efetuar completo estudo (verificação preliminar) das plantas e especificações fornecidas pelo contratante e que compõem o projeto. Caso sejam constatadas pelo executante quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive sobre transgressão às normas técnicas, códigos, regulamentos ou leis em vigor, deverá dar imediata comunicação ao contratante para que sejam os mesmos discutidos e sanados.

Todo fornecimento de material e/ou execução de serviços deverá seguir o que consta neste memorial e em outros documentos de padronização da POLÍCIA FEDERAL. Caso haja alguma alteração por falta ou inexistência no mercado, deverá ser apresentado pela Contratada, amostra ou protótipo para aprovação da fiscalização.

DESCRIÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES E SERVIÇOS

O presente Memorial Descritivo tem por objetivo orientar e especificar os serviços e materiais necessários para execução da reforma da cobertura de veículos da Delegacia da Polícia Federal em Santana do Livramento/RS, complementando as demais peças técnicas que compõem o projeto da reforma.

I. DEMOLIÇÃO DAS COBERTURAS DE VEÍCULOS EXISTENTES E CONSTRUÇÃO DE NOVAS COBERTURAS

Inicialmente, serão demolidas as coberturas para veículos existentes aos fundos do terreno da delegacia (Rua Silveira Martins nº 1257). Em sequência, serão construídas três (3) novas coberturas, sendo: duas (2) no terreno da delegacia (Rua Silveira Martins nº 1257) e uma (1) no terreno ao lado da delegacia (Rua Silveira Martins nº 1271), terreno também de uso da Polícia Federal, conforme plantas em anexo.

As atuais coberturas são compostas por estrutura de madeira e telhas francesas. Visando redução do prazo de obra, as novas coberturas serão em estrutura metálica e telhas onduladas de fibrocimento. As peças metálicas (colunas, vigas, tesouras, etc) deverão ser executadas em área remota (oficina) e trazidas para o local da obra apenas no momento da montagem final.

II. RESTAURAÇÃO DO PARQUET

Constitui também o objeto da presente reforma a restauração do piso de parquet do prédio da delegacia. Este serviço deverá ser realizado de forma concomitante ao item anterior.

SERVIÇOS

A execução da obra e dos serviços deverão obedecer rigorosamente às especificações constantes neste Memorial Descritivo, às normas da ABNT, bem como a todas as prescrições dos projetos e de eventuais memoriais específicos, à legislação da Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Concessionária de Energia Elétrica, Concessionária de Água e Esgoto e demais órgãos pertinentes à obra.

Em caso de divergência entre os desenhos, prevalecerão os de maior escala sobre os de menor. Em caso de divergência entre desenhos e memoriais, prevalecerão as especificações existentes.

O proponente deverá incluir em seu orçamento proposto todos os materiais e serviços relacionados à: DEMOLIÇÃO DAS COBERTURAS DE VEÍCULOS EXISTENTES E CONSTRUÇÃO DE NOVAS COBERTURAS e RESTAURAÇÃO DO PARQUET, mesmo quando não especificados nos projetos, necessários ao perfeito acabamento e funcionamento do produto final.

A Contratada deverá, também, incluir em sua proposta todos os custos relativos a trabalhos noturnos ou em finais de semana e feriados (horas extras, adicionais noturnos, transportes, estadias, refeições) e demais taxas, impostos, contribuições/encargos sociais e tributos federais, estaduais e municipais. A Contratada não poderá pleitear reembolso destes custos.

Em caso de dúvidas, estas deverão ser esclarecidas já na elaboração das propostas, através de consulta à Comissão Permanente de Licitações da POLÍCIA FEDERAL. Deverá ainda o proponente inspecionar o local e as condições de execução dos serviços.

Todas as medidas e dimensões apresentadas neste Memorial Descritivo e desenhos de projeto servem apenas como parâmetros prévios, sendo de inteira responsabilidade da Contratada proceder todas as medições e checagens necessárias para a realização dos serviços objetos deste Memorial Descritivo.

Todos os detalhes eventualmente omissos neste Memorial Descritivo ou nos desenhos, mas necessários ao bom desempenho dos sistemas em consideração, deverão ser levantados e apontados pelas proponentes na consolidação das suas propostas, não sendo aceita a afirmação de que determinado detalhe não foi considerado porque não estava explícito no projeto de concorrência.

Poderá a Fiscalização impugnar e mandar demolir ou substituir serviços ou equipamentos executados em desacordo com os projetos, com as especificações, ou simplesmente incorretos. As despesas decorrentes dessas demolições ou substituições dos serviços correrão por conta exclusiva da Contratada, inclusive daqueles casos em que os serviços tenham sido executados por empresa especializada subcontratada.

Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários no sentido de garantir proteção e segurança aos operários, técnicos e demais pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a execução da obra; garantir a estabilidade dos solos e edificações vizinhas, das redes de infraestrutura, aéreas e subterrâneas, localizadas nas áreas adjacentes; além de garantir a integridade física das instalações e dependências da Delegacia e de terceiros, que, de alguma maneira, possam ser atingidos em qualquer das etapas da

obra.

Caberá à Contratada integral responsabilidade por quaisquer danos causados ao prédio e a terceiros, durante a execução dos serviços, sempre que forem decorrentes de negligência, imperícia ou omissão de sua parte.

A Contratada deverá constantemente efetuar a limpeza da obra e do canteiro de serviço, obrigando-se a mantê-los em perfeita ordem, livre de entulhos e com os materiais e equipamentos devidamente acondicionados, durante todas as etapas de execução, garantindo a total segurança dos operários.

A Contratada deverá manter no escritório do canteiro de serviços, à disposição da Fiscalização e sob sua responsabilidade, o Diário de Obra, onde deverão ser anotados, pelos engenheiros/arquitetos responsáveis por parte da Contratada e da Fiscalização, todos os eventos que de alguma maneira historiem o andamento da obra, tais como: pedidos de vistoria, impugnações, autorizações, notificações gerais, dias, etc. e o Cronograma Físico da obra, afixado em local de fácil acesso e visualização, rigorosamente atualizado.

<p><u>PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:</u> a obra deverá ser executada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da assinatura do Contrato.</p>

MATERIAIS

Caberá à Contratada manter o canteiro de serviços provido de todos os materiais e equipamentos necessários a execução de cada uma das etapas, de modo a garantir o andamento contínuo da obra, no ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais.

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser de primeira linha de fabricação, isentos de quaisquer defeitos ou incompatibilidade com as especificações originais do fabricante (sejam elas defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequados), produzidos de modo a atenderem integralmente, no que lhes couber, as especificações da ABNT, deste Memorial Descritivo, dos projetos e de outros documentos.

As marcas, modelos e tipos, bem como os processos de fabricação,

execução e tecnologia utilizados e indicados nos memoriais, projetos e planilhas deverão respeitar as especificações existentes no local. Poderão ser substituídos por outros de igual ou superior qualidade, desde que aceitos pela Fiscalização e que suas especificações técnicas sejam devidamente comprovadas através de atestados ou ensaios executados por firma ou profissionais especializados ou outro órgão certificador acreditado pelo INMETRO, correndo as despesas por conta da Contratada. Deverão ainda obedecer integralmente aos critérios arquitetônicos e acabamentos especificados nos projetos e memoriais, não sendo admitidas alterações.

Todos os materiais cujas características e aplicação não sejam regulamentadas por disposições normativas da ABNT, deste Memorial Descritivo de Especificação, ou dos Projetos Executivos, especialmente aqueles de fabricação exclusiva, deverão ser aplicados estritamente de acordo com as recomendações e especificações dos respectivos fabricantes.

Caberá a Contratada, sempre que lhe for solicitado, encaminhar à Contratante, amostras dos materiais a serem utilizados, antes de sua aplicação e em tempo hábil, cabendo à Contratante fazer as devidas anotações, no Diário de Obra, quanto à sua aprovação ou rejeição.

Em eventuais casos de comprovada impossibilidade de se adquirir e empregar determinado material especificado deverá ser formalizada a sua substituição, com a prévia aprovação da Contratante.

SIMILARIDADES E EQUIVALÊNCIAS DOS MATERIAIS

Os materiais e fabricantes especificados poderão ser substituídos por similares e equivalentes.

Similares

Componentes que têm a mesma função na edificação.

Equivalentes

Componentes que têm a mesma função e desempenho técnico na edificação.

Tal substituição só poderá ocorrer após aprovação por escrito da

Fiscalização, desde que o novo material proposto possua similaridade ao substituído nos seguintes itens:

- Qualidade de padronização de medidas;
- Qualidades de resistência;
- Qualidades de eficiência;
- Uniformidade de coloração;
- Uniformidade de textura;
- Composição química;
- Aspecto do material.

Ratificamos que a descrição da marca é apenas um critério técnico adotado e necessário de comparação para adoção de parâmetros orçamentários e orientadores que devem corresponder a excelência da qualidade e eficiência para os devidos acabamentos e ambientes, além de proporcionar uma melhor manutenção, de acordo com o projeto, tipologia e uso da edificação.

MANUSEIO, ARMAZENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAIS

Todas as condições físicas, ambientais, de salubridade, de proteção e segurança no manuseio, armazenagem e movimentação de materiais empregados na obra deverão seguir rigorosamente aos seguintes itens:

Especificação técnicas.

- Recomendações do fabricante / fornecedor do material / serviço.
- Cláusulas do Termo de Garantia do material.
- Normas da ABNT.
- Normas estrangeiras (ASTM, DIN, NFPA etc.) no caso de omissão de normas nacionais relativas ao objeto da especificação, ou quando mencionadas.
- Normas Regulamentadoras ou qualquer outra legislação pertinente do Ministério do Trabalho.

DIÁRIO DE OBRA

A Contratada para a execução das obras, deverá manter um Diário de Obra

a ser atualizado diariamente com as atividades desenvolvidas na obra. Deverá também realizar registro fotográfico de todas as etapas das obras, devendo esse relatório ser anexado à medição dos serviços.

CONTROLE DE MATERIAIS

A Contratada deverá responsabilizar-se pelo controle, estoque e recebimento de materiais.

EQUIPAMENTOS

O canteiro de serviços instalado pela Contratada deverá contar, de acordo com a natureza da obra e com cada uma de suas etapas, com todos os equipamentos, maquinário, ferramentas, etc., necessários à sua boa execução. Utilizar equipamentos apropriados para transporte de pessoal / materiais / entulho.

ABASTECIMENTO E LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA

A entrada e saída de material deverá ser feita obedecendo um planejamento de fluxos e horários estabelecidos pela Fiscalização.

A limpeza da obra, o transporte e o descarte do entulho será de inteira responsabilidade da Contratada.

Ao final de cada atividade ou conclusão de serviços, os materiais não aplicados, sobras de acabamento, equipamentos de apoio e embalagens vazias deverão ser recolhidos em local indicado pela Contratante. Os entulhos deverão ser removidos do local o mais rapidamente possível.

A logística e o planejamento geral para execução das obras deverão ser apresentados e aprovados pela Fiscalização.

SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

CONDIÇÕES GERAIS

A Contratada será responsável pela higiene e segurança de todos os locais de trabalho, a fim de garantir sua salubridade e ordem, bem como será obrigada a

cumprir as exigências determinadas pelos poderes públicos, as determinações e instruções da Fiscalização e em particular, as normas que regem a Segurança do Trabalho nas atividades da Construção Civil. É obrigatório o uso de equipamentos de proteção de acordo com o tipo de serviço em execução, tais como óculos de segurança, cintos, máscaras, luvas, etc. O uso de uniforme, botas de segurança e capacetes é obrigatório para todos os funcionários presentes nos locais de execução dos serviços de construção, durante todo o período contratual;

Os locais de trabalho deverão ser mantidos constantemente limpos, protegidos e desimpedidos;

Os caminhos de circulação deverão ser mantidos limpos, desimpedidos e protegidos;

A Contratada será obrigada a tomar medidas especiais quanto ao armazenamento, transporte e à utilização de materiais combustíveis, que deverá obedecer às leis e regulamentos em vigor, bem como às instruções da Fiscalização, sem que estas instruções reduzam ou eximam a Contratada das responsabilidades decorrentes;

Em hipótese alguma, deverá ser colocado fogo nos restos de materiais;

Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à Segurança e Medicina do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho.

DIRETRIZES GERAIS DE SEGURANÇA

SEGURO

Seguro Responsabilidade Civil, Acidente Pessoal e outros.

PRECAUÇÕES

Antes do início dos serviços, a Contratada apresentará à Fiscalização o profissional responsável pela obra, oportunidade na qual serão estabelecidas as medidas e precauções específicas sobre a matéria, que fazem parte das normas de segurança específicas.

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTES

Em caso de acidente no canteiro da obra, a Contratada deverá:

- Prestar todo e qualquer socorro imediato às vítimas;
- Paralisar os serviços, local e nas suas circunvizinhas, a fim de evitar a possibilidade de mudanças das circunstâncias relacionadas com o acidente;
- Solicitar imediatamente o comparecimento da Fiscalização ao local da ocorrência, relatando o fato e preenchendo a respectiva CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho). Todo o acidente com perda de tempo (todo aquele de que decorre lesão pessoal que impede o acidentado de voltar ao trabalho no mesmo dia, ou no dia imediato à sua ocorrência, no horário regulamentar) será imediatamente comunicado, da maneira mais detalhada possível, à Fiscalização.

De igual maneira, será notificada a ocorrência de qualquer acidente sem lesão, especialmente princípios de incêndio.

SUSPENSÃO DO TRABALHO POR MOTIVOS DE SEGURANÇA

A Fiscalização poderá suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos e/ou o patrimônio da unidade da POLÍCIA FEDERAL. As suspensões dos serviços motivadas por condições de insegurança, e consequentemente, a não observância das normas, instruções e regulamentos aqui citados, não eximem a Contratada das obrigações e penalidades das cláusulas do(s) contrato(s) referente(s) a prazos e multas.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

Caberá à Contratada fornecer todos os equipamentos de proteção individuais (EPI'S) aos operários, tais como: capacetes, cintos de segurança, luvas, botas, máscaras, óculos, protetores auriculares, etc., de acordo com as prescrições específicas em vigor e executar os andaimes que se fizerem necessários, estritamente de acordo com as normas de segurança estabelecidas pela ABNT e nas Normas Regulamentadoras: NR-6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI NR-1 – Disposições Gerais.

Os EPI'S deverão ter o Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho.

SUPERVISÃO DA POLÍCIA FEDERAL

A Fiscalização fará a supervisão dos serviços através de seu Fiscal Técnico e seu Fiscal Setorial.

O Fiscal Técnico, além das visitas normais às obras, fará reuniões no canteiro da obra às quais a Contratada se obriga a comparecer representada por seu Engenheiro Coordenador. O Fiscal Técnico poderá solicitar à Contratada, reuniões a qualquer momento, sempre que necessário para o bom andamento da obra.

O Fiscal Setorial, lotado na própria delegacia, fará o acompanhamento diário da obra, observando para que seu funcionamento ocorra com o menor nível possível de conflito com o funcionamento da delegacia, a qual estará em plena utilização durante todo o período da obra.

FISCALIZAÇÃO GERAL

A Fiscalização Geral dos serviços será exercida pela Fiscalização, que terá poderes para:

- Ordenar a retirada imediata de qualquer empregado da Contratada, do local dos serviços, por motivo de embaraçar os serviços, ou cuja permanência seja julgada inconveniente, a critério exclusivo da Fiscalização;
- Exigir fiel obediência ao projeto e às especificações;
- Recusar serviços ou materiais que não obedeçam ao projeto ou às especificações;
- Sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com a boa técnica ou atente contra a segurança da obra ou bens de terceiros, exigindo a adoção das medidas que se fizerem necessárias;
- Ingressar a qualquer hora nos locais de trabalho e no canteiro de obras;
- Solicitar todas as informações julgadas necessárias ao desempenho de suas funções;
- Examinar, verificar, e aprovar as medições dos serviços realizados;

Obs.: As exigências da Fiscalização e do projetista, bem como as suas atuações,

não eximem a Contratada de qualquer das responsabilidades oriundas ou assumidas na execução dos serviços.

RELACIONAMENTO DA CONTRATADA COM A FISCALIZAÇÃO DA OBRA

Todos os problemas e assuntos pertinentes à obra devem ser discutidos com a Fiscalização.

As medições também deverão ser encaminhadas à Fiscalização, para providências. O regulamento de funcionamento nos locais de trabalho será proposto previamente pela Contratada e aprovado pela Fiscalização, cabendo à Contratada zelar pelo seu cumprimento;

Todas as dúvidas que venham a ser levantadas pela Contratada com relação ao projeto, serão esclarecidas pela Fiscalização no menor prazo possível;

De preferência, todo e qualquer assunto a ser tratado com o Engenheiro Coordenador deverá ser feito por ocasião das visitas à obra e de preferência na reunião da obra.

A Contratada estará obrigada a suplementar o estoque de materiais, substituir ou aumentar o número de equipamentos e pessoal se a Fiscalização constatar que a quantidade, o número ou a qualidade não estejam atendendo ao correto e necessário andamento dos serviços com relação ao cronograma previamente estabelecido, e com os prazos previstos.

A Contratada deverá fornecer, quando solicitadas pela Fiscalização, a qualquer momento, as informações relativas à execução dos serviços, sem que tal fato implique em responsabilidade da Fiscalização, sobre qualquer ação da Contratada;

A Contratada será obrigada a apresentar-se no escritório da Fiscalização ou no canteiro de obras sempre que convocada por atoconvocatório oral ou escrito, que determinará as pessoas a comparecer, ou assunto a ser tratado, não servindo esta reunião como fato para a suspensão dos serviços.

Caberá à Contratada a responsabilidade decorrente do não atendimento a esta convocação;

A Contratada deverá refazer todos os serviços recusados pela Fiscalização ou pelos projetistas, bem como substituir por sua conta os materiais e serviços não

aceitos pelos mesmos, independentemente das medições já efetuadas; o atraso da obra não será justificado neste caso;

A Contratada deverá manter na obra cópias dos projetos, do caderno técnico, do cronograma, do contrato e demais documentos necessários, bem como manter livros em três vias do Diário de Obra, com todas as páginas numeradas e rubricadas pela Fiscalização, onde serão anotadas diariamente as diversas ocorrências e fatos cujo registro será considerado necessário ou de interesse, e também as determinações da Fiscalização, cabendo à Contratada apor o seu “ciente” ou comentário pertinente;

Compete à Contratada examinar os projetos, o presente caderno técnico e os demais elementos que compõem o projeto e contrato, de modo a poder apresentar em tempo hábil por escrito, todas as divergências, dúvidas, erros e omissões porventura encontrados nos mesmos, e que possam comprometer o andamento normal e a segurança dos serviços contratados.

A Contratada estará obrigada a acatar as decisões tomadas em reuniões relativas ao andamento dos serviços contratados, visando acelerar o ritmo dos trabalhos de obra, sem, contudo, interferir nas datas limites previstas no cronograma contratual.

SUBCONTRATAÇÕES

A Contratada não poderá subcontratar integralmente as obras e serviços contratados, podendo, contudo, fazê-lo parcialmente em alguns serviços especializados, sendo mantida, porém, a sua responsabilidade direta perante o contratante. Os serviços especializados somente poderão ser subcontratados com firmas idôneas, devidamente registradas no CAU ou CREA, devendo as cópias das RRTs ou ARTs respectivas serem apresentadas ao Fiscal Técnico da Contratante para guarda no local da obra. O contratante reserva-se o direito de vetar a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços citados se a mesma for considerada (no exclusivo critério da Contratante) como tecnicamente não idônea.

CONTROLE TECNOLÓGICO

A qualidade dos materiais e instalações efetuadas pela Contratada poderá

ser submetida a ensaios e provas determinados pelas Normas Brasileiras ou equivalentes internacionais, como condições prévias de recebimento dos serviços respectivos. Estes ensaios serão feitos pela Contratada, às suas expensas, em nome e sob a fiscalização da Contratante, que receberá os resultados dos mesmos.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Quando as obras e serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito com o contrato, será lavrado um termo de recebimento provisório. O recebimento provisório só poderá ocorrer ao terem sido realizados todos os testes, ajustes e balanceamentos do sistema e as apropriações referentes a acréscimos e modificações, caso existentes e a entrega de toda a documentação técnica (dados técnicos dos equipamentos, planilhas dos testes, ajustes e balanceamentos, rotinas de manutenção, instruções de operação e certificados de garantia).

RECEBIMENTO DEFINITIVO

O termo de recebimento definitivo das obras e serviços contratados será lavrado em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, referido no item anterior, se tiverem sido atendidas todas as exigências e pendências apontadas pela comissão de recebimento da obra, referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento da obra e serviços executados e se estiverem solucionadas todas as reclamações porventura feitas, quanto à falta de pagamento de operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na edificação. Este termo de recebimento definitivo deverá conter formal declaração de que o prazo mencionado no artigo 1.245 do Código Civil será contado, em qualquer hipótese, a partir da data desse mesmo termo, sendo esta data a de início efetivo do período de garantia.

GARANTIA

As instalações ficarão garantidas pelo executante de acordo com o Código Civil Brasileiro. Nenhum equipamento ou componente terá garantia inferior a 1 (um) ano de funcionamento.

SERVIÇOS DE CÓPIAS E REPRODUÇÕES

Caberá a Contratada ter na obra cópias dos projetos, do caderno técnico, do cronograma, do contrato e demais documentos necessários.

ALVARÁ DE OBRA

Será de responsabilidade da Contratada, a solicitação junto a Prefeitura Municipal de Santana do Livramento/RS a obtenção de Alvará para a execução da obra. A Contratante auxiliará no fornecimento de parte da documentação exigida.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

DEMOLIÇÃO DAS COBERTURAS DE VEÍCULOS EXISTENTES E CONSTRUÇÃO DE NOVAS COBERTURAS

ART de Execução da Obra

A Contratada deverá assumir a responsabilidade técnica pela execução da obra, emitindo as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CREA ou CAU, antes do início dos serviços.

Projeto Executado (“As-built”)

O projeto “as built” deve registrar e contemplar todas as modificações efetivadas em cada um dos projetos da obra, que ocorreram durante suas execuções até a conclusão dos serviços, fornecendo elementos considerados relevantes para subsidiarem futuras intervenções na obra, como: manutenção, reforma, ampliação e/ou restauração. Ao término da produção e após a entrega da obra, o projeto “As Built” deve representar fielmente o objeto construído, com registros das alterações verificadas durante a sua execução.

Os projetos alterados com os ajustes necessários quando da execução da obra devem ser entregues quando do recebimento definitivo.

Quando ocorrerem as alterações, as mesmas integrarão o projeto “As Built”. Quando não ocorrerem alterações, o projeto será apresentado conforme o projeto executivo, constando no selo a denominação de projeto “As Built” e a data atualizada. (A Fiscalização definirá quais os desenhos que integrarão o projeto “As Built”)

O serviço compreende serviços de escritório com aproveitamento de dados e informações obtidos durante a execução da obra. Este projeto deverá ser constituído de no mínimo:

- Pranchas de desenho revisadas com todos os elementos gráficos constantes do projeto executivo
- Especificações Técnicas atualizadas
- Outras informações relevantes específicas de cada projeto
- Identificação das alterações ocorridas na execução da obra em relação ao inicialmente projetado
- Carimbo com a qualificação da empresa que executou a obra (nome, endereço, CNPJ, ART e/ou RRT, número do contrato, valor e prazo, data de início (da ordem de serviço) e de conclusão

Os projetos “As Built” deverão ser elaborados, apresentados e fornecidos para a Contratante em arquivos com extensão DWG e DXF (AutoCAD), e PDF (Adobe Acrobat). Todo o material será entregue: em 02 (duas) cópias impressas nas escalas previstas em normas técnicas; e gravados em CD não regravável ou pen drive.

Elaboração de Projeto Estrutural

O objeto a ser contratado compreende a elaboração de um projeto executivo (complementar), qual seja, a elaboração de um projeto estrutural, visando a construção de três (3) coberturas para veículos, com área total prevista de 364,60 m2. Vide plantas em anexo.

Duas (2) coberturas serão construídas aos fundos do terreno da delegacia, no local das coberturas a serem demolidas. Tal como hoje, uma dessas coberturas

será utilizada para cobrir o alojamento da delegacia (existente). A terceira cobertura será construída no terreno ao lado da delegacia, Rua Silveira Martins nº 1271, também de uso da POLÍCIA FEDERAL.

A elaboração do projeto executivo deverá iniciar-se tão logo emitida a Ordem de Serviço para início das obras, de forma a viabilizar o cumprimento das etapas subsequentes e não prejudicar o cronograma estabelecido.

O referido projeto estrutural deverá detalhar completamente os seguintes elementos:

- Sapatas de fundação (em concreto armado);
- Colunas (em estrutura metálica);
- Vigas e tesouras (em treliça metálica);
- Trama de cobertura (em estrutura metálica);
- Telhamento (em telhas onduladas de fibrocimento);
- Contraventamentos (em estrutura metálica).

O projeto a ser executado deverá especificar e quantificar precisamente todos os elementos necessários para a perfeita execução das novas coberturas, visando à otimização e a economia, e atendendo a todas as normas técnicas vigentes.

O projeto deverá maximizar o aproveitamento dos espaços, contemplando o maior número possível de vagas e o menor número possível de colunas. A disposição das vagas deverá ser previamente discutida com a Fiscalização. A altura livre das vagas deverá ser de, no mínimo, 2,50 metros.

As plantas elaboradas deverão ser fornecidas em vias impressas, bem como em arquivos eletrônicos, tanto em formato PDF, quanto em versão editável (DXF ou DWG).

Os projetos deverão vir acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (autoria do Projeto Estrutural).

Placa de Obra

A Contratada deverá produzir e fixar no local uma placa de obra, contendo as informações pertinentes, seguindo modelo instituído pelo Governo Federal.

Instalação de Canteiro

Deverá ser instalado no interior do terreno da delegacia um barracão de obra para uso como vestiários, depósitos e escritório da Contratada, em área a ser definida pela Fiscalização.

Administração Local

Correrão por conta da Contratada todas as despesas relativas a administração local. Tais despesas serão cobertas pela Contratante, mediante comprovação, até o limite previsto na planilha orçamentária.

Mobilização e Desmobilização de Obra

Correrão por conta da Contratada todas as despesas de mobilização e desmobilização de obra. Tais despesas serão cobertas pela Contratante, mediante comprovação, até o limite previsto na planilha orçamentária. Para estimativa de custos, foi considerada a participação de uma empresa sediada na cidade de Santa Maria/RS.

Engenheiro (ou Arquiteto)

Os serviços deverão ser executados com acompanhamento de engenheiro civil ou arquiteto. Para a obra, com duração prevista de dois (2) meses, foi estimado o acompanhamento de um profissional, legalmente habilitado pelo respectivo conselho de classe, no período de uma (1) hora por dia.

Encarregado Geral

Os serviços deverão ser executados com permanente acompanhamento de um encarregado geral. Para a obra, com duração prevista de dois (2) meses, foi estimado o acompanhamento de um profissional habilitado, no período de oito (8) horas por dia.

Demolições

Deverá ser demolida a estrutura de cobertura para veículos existente aos fundos da delegacia. Vide plantas em anexo. A mesma é composta por pórticos de madeira. A estrutura do telhado é também em madeira e as telhas são cerâmicas, do tipo francesa. As demolições NÃO compreendem o alojamento da delegacia, que fica também aos fundos do terreno.

As demolições compreendem, ainda, a remoção de algumas estruturas existentes no terreno vizinho à delegacia, Rua Silveira Martins nº 1271 (telheiro e pequeno depósito em alvenaria).

Inicialmente, deverão ser retiradas as telhas de cobertura. Em sequência, deverá ser desmontada a trama da cobertura. Finalmente, deverão ser desmontadas as tesouras, colunas e pórticos de madeira.

Remoção de Material

O material oriundo da demolição deverá ser removido do local. Os locais de descarte do material deverão estar autorizados pela Prefeitura Municipal de Santana do Livramento/RS. Esses locais deverão ser previamente informados à Fiscalização.

Escavação Manual das Fundações

Deverá ser escavado o material de solo necessário para a execução das novas fundações (sapatas). Parte desse material será utilizado em reaterro. O material excedente deverá ser removido do local para área autorizada pela Prefeitura.

Locação da Obra

A locação da obra deverá determinar precisamente, a partir do projeto estrutural (a ser elaborado), a localização de cada um dos elementos da infraestrutura.

Todas as operações relativas à locação da obra ficarão a cargo e sob responsabilidade da Contratada, que deverá obedecer rigorosamente às cotas, níveis e alinhamentos fornecidos no projeto.

Em caso de divergências entre o projeto e os espaços onde serão desenvolvidos os trabalhos, deverá a Contratada acionar a Fiscalização para definição das soluções.

Sapatas em Concreto Armado

Serão executadas fundações, em sapatas de concreto armado, conforme indicadas no projeto estrutural (a ser elaborado), com f_{ck} mínimo de 25 MPa e armaduras CA-50.

As sapatas em concreto armado deverão ser executadas em conformidade ao projeto estrutural (a ser executado). Deverão ser assentadas sobre lastro de concreto magro, sobre superfície previamente regularizada e compactada (apiloadada).

Estrutura Metálica

As estruturas das garagens serão executadas em perfis e tubos metálicos cobertas com telhas onduladas de fibrocimento. Deverá ser elaborado projeto estrutural para tal. Todos os componentes em ferro expostos a intempéries deverão ser protegidos por galvanização. Os perfis serão laminados e dobrados em aço ASTM A36.

A pintura das superfícies metálicas deverá ser feita na fábrica, utilizando-se pistola de ar comprimido. Aplicar uma demão de primer anticorrosivo, uma demão de fundo intermediário epóxi e duas demãos de Intertane 441 poliuretano. A cor será cinza.

As peças metálicas deverão ser pré-montadas e pintadas remotamente (em oficina), para serem, então, transportadas até o local da obra, minimizando os transtornos à delegacia.

Telha Ondulada de Fibrocimento

Nas novas coberturas serão utilizadas telhas onduladas de fibrocimento, com espessura de 6mm, as quais deverão ser fixadas por meio de fixadores metálicos com cabeçote vedante, próprios para este tipo de telha.

Rufo em Aço Galvanizado

Todas as arestas do telhado que se encontrarem com alvenarias deverão ser vedadas por meio de rufos em aço galvanizado. Especial cuidado deverá ser tomado nos locais de emenda das chapas metálicas.

Pintura de Paredes em Tinta Acrílica

Juntamente com esta especificação, deverão ser obedecidas e cumpridas todas as normas da ABNT pertinentes ao assunto. Para cada esquema de pintura deverão ser utilizadas tintas de fundo e acabamento de um mesmo fabricante.

Todo o material a ser utilizado na execução da pintura deverá ser de 1ª linha.

As superfícies a serem pintadas serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinem.

As superfícies só poderão ser pintadas quando perfeitamente secas, para que a umidade não prejudique a aderência e nem cause a formação de bolhas, soltando a pintura. Caso apresente vestígio de óleo, gordura ou graxa nas superfícies, os mesmos deverão ser removidos de acordo com orientação do fabricante da tinta a ser aplicada, para que não haja problema com a pintura sobre estas superfícies.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, sendo conveniente observar um intervalo de 24 horas, no mínimo, entre demãos sucessivas, salvo quando indicado de outra forma.

Igual cuidado deverá haver entre demãos de massa, observando-se um intervalo mínimo de 48 horas após cada demão de massa, salvo, indicado de outra forma.

Quaisquer danos à pintura, que porventura venham ocorrer durante as instalações deverão ser reparados e retocados. A pintura de retoque deverá ser

conforme recomendação do fabricante da tinta original, devendo ser dada atenção especial à aderência da tinta em retoque.

Deverá ser realizada Fiscalização, inspeção e controle de qualidade das tintas especificadas, antes de sua aplicação.

Durante a aplicação as tintas deverão ser mantidas homogeneizadas com consistência uniforme. A mistura, homogeneização e aplicação da tinta deverão estar de acordo com as instruções do fabricante. Todo o serviço deverá ser efetuado de maneira esmerada, de modo que as superfícies acabadas fiquem isentas de escorrimentos, respingos, ondas, recobrimentos e marcas de pincel. A superfície acabada deverá apresentar, depois de pronta, textura completamente uniforme, tonalidade e brilho homogêneos.

Caberá a Contratada executar o serviço de pintura nos locais indicados, utilizando para execução do mesmo somente profissionais especializados.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com orientação do fabricante e com acompanhamento adequado por parte da Contratada.

Antes da execução de qualquer pintura, será submetida à apreciação da Fiscalização uma amostra com dimensões de cerca de 0,5 m² da cor em questão.

Todos os materiais deverão ser recebidos em seus recipientes originais, contendo as indicações do fabricante, identificação da tinta, numeração da fórmula e com seus rótulos intactos. A área para o armazenamento será ventilada e vedada para garantir um bom desempenho dos materiais, bem como prevenir incêndios ou explosões provocadas por armazenagem inadequada. Esta área será mantida limpa, sem resíduos sólidos, que serão removidos ao término de cada dia de trabalho.

Os muros contíguos às novas coberturas serão pintados com duas demãos de tinta PVA na cor cinza claro, marca Suvnil. As superfícies devem ser limpas, secas, firmes, coesas, isentas de poeiras, gorduras, graxas, sabão ou mofo. Antes de pintar, devem ser corrigidas as imperfeições e eliminadas as partes soltas e outros contaminantes que possam comprometer o resultado final da pintura.

Escavação Manual de Vala

Especificamente no terreno vizinho à delegacia, Rua Silveira Martins nº

1271, deverá ser removida camada de solo, na profundidade de 23 cm, de forma a permitir o reaterro em argila compactada (10cm), execução de lastro de areia (5 cm) e execução de piso de concreto intertravado (8cm).

Esta pavimentação visa a complementar a pavimentação existente, as quais constituirão a pavimentação das novas vagas naquele terreno.

Aterro Manual com Argila Compactada

Na área indicada, após remoção da camada de solo original, deverá ser feito aterro em argila compactada, com espessura final de 10 cm.

Piso de Concreto Intertravado

A área indicada será pavimentada com blocos pré-moldados de concreto tipo “S” ou duplo “T” assentados no sentido longitudinal da área, sobre base devidamente compactada, eliminando borrachudos. Os blocos terão 8cm de espessura. A camada de nivelamento de areia deve ter 5cm de espessura. Os espaços vazios junto ao meio-fio serão preenchidos com meio bloco ou elementos de arremato dos tipos beiral e terminal. Após completar-se o revestimento, será executado o preenchimento das juntas com pó de pedra e posteriormente a compactação com rolo vibratório no sentido transversal do tráfego. O piso intertravado de concreto será também utilizado para cobrir (eliminar) as floreiras existentes no local.

Instalações Elétricas

Cada terreno é abastecido por circuito alimentador próprio. Assim, as coberturas de cada terreno deverão possuir um (1) quadro de alimentação próprio, dotado de um disjuntor monofásico.

Por sua vez, cada água de cobertura deverá possuir um (1) interruptor próprio e, pelo menos, duas (2) tomadas de uso geral.

Nas novas coberturas para veículos serão instaladas luminárias do tipo calha, na cor branca, de sobrepor, com 2 lâmpada tubular de led.

Todas as fiações serão de fio 2,5mm² e deverão correr embutidas em eletrodutos e conduletes, externos.

Instalações Hidrossanitárias

No terreno da Rua Silveira Martins nº 1271, em área central ao pátio, deverá ser instalada uma caixa para recolhimento das águas pluviais, a qual deverá ser conectada a rede pluvial mais próxima existente.

Limpeza Geral

Será removido todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos os acessos. Não será permitido uso de ácidos impróprios para obra. Haverá particular cuidado em remover quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida nas superfícies. Todas as manchas e salpicos de tinta serão cuidadosamente removidos, dando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nas ferragens e coberturas.

RESTAURAÇÃO DO PARQUET

Piso em Taco de Madeira

Todos os pisos existentes deverão ser revisados, trocadas as peças danificadas, fixadas as peças soltas e complementados os trechos de peças faltantes de parquet. Para reposição das peças danificadas ou faltantes foi estimada a quantidade de dois (2) metros quadrados.

As peças de madeira, antes do assentamento deverão receber na face inferior, a aplicação de uma demão de asfalto oxidado aplicado quente e após deverão ser colocados pregos, para a perfeita ancoragem com a camada de assentamento. O assentamento deverá ser feito com argamassa de cimento e areia média no traço de 1:4.

Raspagem, Calafetagem e Aplicação de Synteko

Concluída a colocação e após o período de secagem, todo o piso deverá ser lixado em diversas etapas, de forma retirar todas as imperfeições, manchas ou desgastes naturais, até a completa homogeneização das superfícies trabalhadas, com equipamento industrial apropriado para tal finalidade. As fendas excessivamente grandes existentes nas juntas dos parquet, deverão ser calafetadas, usando-se, para tal finalidade, uma mistura de cola a base de PVA, com o próprio pó de madeira, obtido das operações de lixamento.

O lixamento do piso deverá ser executado em diversas etapas, sendo uma etapa executada no sentido transversal da peça e outra subsequente no sentido longitudinal, e assim sucessivamente até a completa regularização da superfície. O lixamento deverá ser iniciado com lixas grossas e ser concluído com um polimento, com a utilização de uma lixa 120, nos dois sentidos das peças trabalhadas. Nos cantos e próximo as paredes, o lixamento deverá ser feito com a utilização de uma máquina manual para a raspagem das superfícies.

Após as operações de lixamento estarem concluídas e a área totalmente limpa deverá ser feita a aplicação de Synteko alto brilho, seguindo-se os seguintes procedimentos:

Antes das aplicações das camadas de acabamento, medidas preventivas deverão ser tomadas, no sentido de evitar que durante o período de secagem, a película superficial de acabamento seja contaminada com pó, poeira e/ou eventualmente seja molhada.

Aplica-se uma primeira camada de base de Synteko diluído. Após a secagem procede-se a lixamento manual com lixa 120 e uma limpeza completa de todas as peças.

A primeira demão de acabamento de Synteko será aplicada após as operações descritas anteriormente, com a utilização de broxa larga e macia, passando-se suavemente sobre o piso, sem bater, espalhando-se o produto uniformemente e no mesmo sentido. O intervalo entre demãos será decorrer da secagem e do endurecimento da película superficial, dependendo exclusivamente

das condições climáticas, que para o período de verão, varia entre 4 a 6 horas. Após a secagem da primeira demão procede-se novamente um lixamento manual com lixa 120, com a finalidade de remover fibras e de preparar a superfície para a segunda demão, ou camada final.

O procedimento de aplicação da segunda demão é idêntico ao da primeira, a não ser pelo cuidado e esmero na aplicação, visto que será a camada de aparência final.

O trânsito ou passagem sobre as superfícies que receberam o Synteko, somente poderá ser liberado após 12 horas da aplicação da última demão.

Consideram-se incluídos nestes serviços todos os materiais, mão de obra e acessórios e/ou complementos necessários para a completa execução dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém necessários para a entrega dos serviços perfeitamente concluídos e acabados em todos os seus detalhes.

Raspagem e Enceramento de Rodapé de madeira

Todos os rodapés de madeira existentes deverão ser revisados, fixados (peças eventualmente soltas) e lixados. Em sequência, os rodapés deverão receber uma demão de verniz sintético brilhante para madeira, tipo Copal, para uso interno.

Pintura de Acabamento

Concluídos os serviços anteriormente decritos, após a perfeita cura do Synteko, os pisos de madeira deverão receber pintura de acabamento com a aplicação de duas (2) demãos de verniz poliuretano (laca), de forma a constituir camada final de alta resistência. A pintura deverá ser feita com uso de rolo.

Movimentação de Móveis e Computadores

Antes da execução dos serviços de restauração de pisos e rodapés, as salas deverão ser esvaziadas, com a cuidadosa retirada dos móveis e computadores de seu interior. Os móveis e computadores removidos deverão ser recolhidos à sala indicada pela Fiscalização, onde nela permanecerão até que possam ser restituídos aos seus locais de origem.

Excepcionalmente, poderão os móveis e computadores ser mantidos no mesmo ambiente em intervenção (arredados para fora da área de trabalho), a critério da Fiscalização. Neste caso, a Contratada deverá providenciar às suas expensas todos os materiais necessários à perfeita vedação dos móveis e computadores (lona e fita crepe). As frestas dos armários e gavetas deverão ser lacradas com fita crepe. Os móveis e computadores deverão ser cobertos com lonas, as quais deverão ser completamente presas com fita crepe. Concluído o serviço, os móveis e computadores poderão retornar a seus locais de origem, quando deverão ser retiradas as lonas e fitas utilizadas. A Contratada deverá providenciar a limpeza do pó remanescente.

Limpeza Final

Ao final dos serviços, os ambientes deverão ser limpos de toda a poeira produzida. As paredes, portas e janelas poderão ser limpas com o uso de espanador ou vassoura macia nova. Os pisos e rodapés deverão ser varridos ou aspirados.

Porto Alegre, 4 de outubro de 2021.

Eng. Civil Carlos André Xavier Villela – CREA RJ004840
Perito Criminal Federal – Classe Especial – Matrícula 6005
Resp. Pelo GTED/SELOG/SR/PF/RS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO III

Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços



OBRA : RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.
END. : RUA SILVEIRA MARTINS Nº 1257 - SANTANA DO LIVRAMENTO/RS
PROPR. : POLICIA FEDERAL

ÁREA (m2): 726,60
DATA BASE :AGOSTO/2021
SINAPI -NÃO DESONERADO

ORÇAMENTO DISCRIMINADO

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	
0		SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA									
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						5.053,93	6.805,54	11.859,47	3,85
1.1		SERVIÇOS TÉCNICOS						245,94	338,84	584,78	0,19
1.1.1	CPUE 031	ART de execução da obra	un	1,00	233,94	-	233,94	233,94	-	233,94	0,08
1.1.2	CPUE 032	Projeto executado "As-built"	un	1,00	12,00	338,84	350,84	12,00	338,84	350,84	0,11
1.2		PROJETO COMPLEMENTAR						269,94	5.082,60	5.352,54	1,74
1.2.1	CPUE 033	Elaboração de Projeto Estrutural	un	1,00	269,94	5.082,60	5.352,54	269,94	5.082,60	5.352,54	1,74
1.3		DESPESAS GERAIS						4.538,05	1.384,10	5.922,15	1,92
1.3.1	CPUE 030	Placa de obra	m2	1,00	231,77	56,83	288,60	231,77	56,83	288,60	0,09
1.3.2	CPUE 036	Instalação de canteiro	un	1,00	2.986,28	-	2.986,28	2.986,28	-	2.986,28	0,97
1.3.3	CPUE 035	Administração local	un	1,00	900,00	-	900,00	900,00	-	900,00	0,29
1.3.4	CPUE 034	Mobilização e desmobilização da obra	un	1,00	420,00	1.327,27	1.747,27	420,00	1.327,27	1.747,27	0,57
2		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA						625,24	19.822,00	20.447,24	6,63
2.1		EQUIPE DE PESSOAL						625,24	19.822,00	20.447,24	6,63
2.1.1	SINAPI 90778	Engenheiro civil pleno com encargos complementares	h	44,00	1,17	107,22	108,39	51,48	4.717,68	4.769,16	1,55
2.1.2	SINAPI 90776	Encarregado geral	h	352,00	1,63	42,91	44,54	573,76	15.104,32	15.678,08	5,09
0		SUB TOTAL CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO						5.679,17	26.627,54	32.306,71	10,48
I		DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS									
I-1		SERVIÇOS PRELIMINARES						60.762,48	32.452,94	93.215,42	30,25
I-1.1		SERVIÇOS INICIAIS						1.178,40	11.088,78	12.267,19	3,98
I-1.1.1	SINAPI 98529	Corte raso de arbusto	un	3,00	13,14	46,37	59,51	39,42	139,11	178,53	0,06
I-1.1.2	SINAPI 98526	Remoção de raízes de arbusto	un	2,00	33,88	36,82	70,70	67,76	73,64	141,40	0,05
I-1.1.3	SINAPI 97624	Demolição de piso/contrapiso	m3	0,78	20,23	66,49	86,72	15,86	52,13	67,99	0,02
I-1.1.4	SINAPI 97622	Demolição de alvenaria de tijolos	m3	1,50	10,73	35,39	46,12	16,08	53,03	69,11	0,02
I-1.1.5	SINAPI 97647	Demolição de cobertura de telhas cerâmicas	m2	448,49	0,57	2,22	2,79	255,64	995,64	1.251,28	0,41
I-1.1.6	SINAPI 97650	Demolição de estrutura de madeira de telhado	m2	448,49	1,29	4,72	6,01	578,55	2.116,85	2.695,40	0,87
I-1.1.7	SINAPI 97651	Remoção de tesouras de madeira	un	14,00	14,65	51,86	66,51	205,10	726,04	931,14	0,30
I-1.1.8	CPUE 019	Carga e transporte de entulho em caminhão basculante 6m3	vg	19,00	0,00	364,86	364,86	0,00	6.932,34	6.932,34	2,25
I-1.2		INFRA ESTRUTURA						59.584,08	21.364,16	80.948,24	26,27
I-1.2.1	SINAPI 96523	Escavação manual das fundações	m3	42,12	17,98	61,83	79,81	757,32	2.604,28	3.361,60	1,09
I-1.2.2	SINAPI 93382	Reaterro de fundações	m3	16,64	8,09	20,02	28,11	134,62	333,13	467,75	0,15
I-1.2.3	SINAPI 99059	Locação da obra	m	134,00	22,46	20,15	42,61	3.009,64	2.700,10	5.709,74	1,85
I-1.2.4	SINAPI 95241	Lastro de concreto magro	m2	39,20	15,65	8,61	24,26	613,48	337,51	950,99	0,31
I-1.2.5	SINAPI 95955	Sapata de concreto armado	m3	23,52	2.341,37	654,30	2.995,67	55.069,02	15.389,14	70.458,16	22,86
I-2		COBERTURA E PROTEÇÕES						128.613,50	17.348,13	145.961,63	47,36
I-2.1		COBERTURA						123.594,88	11.369,25	134.964,12	43,79
I-2.1.1	SINAPI 92593	Fabricação e montagem de Estrutura metálica em aço carbono	kg	7.292,00	13,98	1,28	15,26	101.942,16	9.333,76	111.275,92	36,11
I-2.1.2	SINAPI 94207	Telha ondulada de fibrocimento e = 6 MM	m2	364,60	45,11	4,24	49,35	16.447,11	1.545,90	17.993,01	5,84
I-2.1.3	SINAPI 94231	Ruífo em aço galvanizado nº 24 -corte 25cm	m	92,20	56,46	5,31	61,77	5.205,61	489,58	5.695,19	1,85
I-2.2		PINTURAS						5.018,62	5.978,88	10.997,50	3,57
I-2.2.1	SINAPI 95624	Tinta acrílica 2d paredes	m2	505,40	8,58	10,86	19,44	4.336,33	5.488,64	9.824,98	3,19
I-2.2.2	SINAPI 88411	Selador acrílico	m2	505,40	1,35	0,97	2,32	682,29	490,24	1.172,53	0,38

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	
I-3		PAVIMENTAÇÕES						2.924,69	932,62	3.857,31	1,25
I-3.1		PISOS EM GERAL						2.924,69	932,62	3.857,31	1,25
I-3.1.1	SINAPI 93358	Escavação manual de valas	m3	9,12	16,66	53,59	70,25	151,93	488,71	640,64	0,21
I-3.1.2	SINAPI 94319	Aterro manual de valas com compactação mecanizada	m3	3,97	20,23	19,94	40,17	80,21	79,06	159,27	0,05
I-3.1.3	SINAPI 92398	Piso de concreto intertravado de 8cm	m2	49,17	54,76	7,42	62,18	2.692,55	364,84	3.057,39	0,99
I-4		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS						6.166,89	1.549,97	7.716,86	2,50
I-4.1		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/CABEAMENTO						6.166,89	1.549,97	7.716,86	2,50
I.4.1.1	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Amarelo	m	103,00	2,99	0,94	3,93	307,97	96,82	404,79	0,13
I.4.1.2	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Azul claro	m	109,00	2,99	0,94	3,93	325,91	102,46	428,37	0,14
I.4.1.3	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Branco	m	109,00	2,99	0,94	3,93	325,91	102,46	428,37	0,14
I.4.1.4	SINAPI 91939	Caixa PVC 4x2"	pç	2,00	7,50	16,55	24,05	15,00	33,10	48,10	0,02
I.4.1.5	SINAPI 95787	Condutele alum. encaixe tipo LL 3/4" sem tampa	pç	30,00	14,11	11,91	26,02	423,30	357,30	780,60	0,25
I.4.1.6	SINAPI 95758	Luva aço galvan. Leve 1"	pç	10,00	6,02	6,43	12,45	60,20	64,30	124,50	0,04
I.4.1.7	SINAPI I-11945	Bucha de nylon S4	pç	6,00	0,11	0,00	0,11	0,66	0,00	0,66	0,00
I.4.1.8	SINAPI I-4375	Bucha de nylon S6	pç	125,00	0,19	0,00	0,19	23,75	0,00	23,75	0,01
I.4.1.9	SINAPI I-11055	Parafuso fenda galvan. cab. Panela 2,9x25mm autoatarrachante	pç	6,00	0,06	0,00	0,06	0,36	0,00	0,36	0,00
I.4.1.10	SINAPI I-4377	Parafuso fenda galvan. cab. Panela 4,2x32mm autoatarrachante	pç	125,00	0,13	0,00	0,13	16,25	0,00	16,25	0,01
I.4.1.11	SINAPI 101877	Quadro de distribuição de energia em PVC, para 3 disjuntores	pç	2,00	32,49	9,71	42,20	64,98	19,42	84,40	0,03
I.4.1.12	SINAPI 93653	Disjuntor monopolar, tipo DIN, corrente nominal de 10A		3,00	10,78	1,09	11,87	32,34	3,27	35,61	0,01
I.4.1.13	CPUE 011	Tampa metálica p/ condutele cega	pç	9,00	2,99	1,76	4,75	26,91	15,80	42,71	0,01
I.4.1.14	SINAPI 91953	Interruptor simples	pç	3,00	14,56	9,42	23,98	43,68	28,26	71,94	0,02
I.4.1.15	SINAPI 92000	Tomada simples	pç	6,00	15,67	9,73	25,40	94,02	58,38	152,40	0,05
I.4.1.16	SINAPI I-39128	Braçadeira galvan. tipo D 3/4"	pç	134,00	1,17	0,00	1,17	156,78	0,00	156,78	0,05
I.4.1.17	SINAPI 95745	Eletroduto galvanizado, vara 3,0m 3/4"	m	109,00	24,27	5,04	29,31	2.645,43	549,36	3.194,79	1,04
I.4.1.18	SINAPI 97586	Luminária tipo calha, de sobrepor, com 2 lâmpadas tubulares	pç	12,00	133,62	9,92	143,54	1.603,44	119,04	1.722,48	0,56
I-5		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS						872,69	526,91	1.399,60	0,45
I-5.1		ESGOTO PLUVIAL						872,69	526,91	1.399,60	0,45
I-5.1.1	SINAPI 97900	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria	un	1,00	93,91	80,84	174,75	93,91	80,84	174,75	0,06
I-5.1.2	SINAPI 90724	Junta argamassada	un	2,00	4,59	17,92	22,51	9,18	35,84	45,02	0,01
I-5.1.3	SINAPI 93350	Coletor predial de esgoto	un	1,00	769,60	410,23	1.179,83	769,60	410,23	1.179,83	0,38
I-6		SERVIÇOS COMPLEMENTARES						29,17	131,26	160,42	0,05
I-6.1		LIMPEZA DO LOCAL						29,17	131,26	160,42	0,05
I-6.1.1	SINAPI 99802	Limpeza final	m2	364,60	0,08	0,36	0,44	29,17	131,26	160,42	0,05
I	SUB TOTAL	CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO						199.369,42	52.941,83	252.311,25	81,87
II	RESTAURAÇÃO DO PARQUET										
II-1		SERVIÇOS PRINCIPAIS						7.118,40	15.815,82	22.934,22	7,44
II-1.1		PREPARAÇÃO						4.837,72	11.174,62	16.012,34	5,20
II-1.1.1	SINAPI 101751	Piso em taco de madeira	m2	2,00	138,67	15,30	153,97	277,34	30,60	307,94	0,10
II-1.1.2	CPUE 038	Raspagem, calafetagem, aplicação de synteko alto brilho em piso de madeira	m2	362,00	12,52	26,64	39,16	4.533,40	9.643,69	14.177,10	4,60
II-1.1.3	CPUE 039	Raspagem e enceramento de rodapé de madeira	m	312,88	0,09	4,80	4,88	26,98	1.500,32	1.527,30	0,50
II-1.2		APLICAÇÃO DE LACA						2.280,68	3.410,04	5.690,72	1,85
II-1.2.1	CPUE 040	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de verniz poliuretano sobre superfícies de madeira	m2	362,00	6,30	9,42	15,72	2.280,68	3.410,04	5.690,72	1,85
II-1.3		MOVIMENTAÇÃO DOS MÓVEIS E COMPUTADORES						-	1.231,16	1.231,16	0,40
II-1.3.1	CPUE 037	Movimentação de móveis e computadores	m2	362,00	-	3,40	3,40	-	1.231,16	1.231,16	0,40
II-2		SERVIÇOS COMPLEMENTARES						137,56	485,08	622,64	0,20
II-2.1		LIMPEZA DO LOCAL						137,56	485,08	622,64	0,20
II-2.1.1	SINAPI 99803	Limpeza final	m2	362,00	0,38	1,34	1,72	137,56	485,08	622,64	0,20
II	SUB TOTAL	CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO						7.255,96	16.300,90	23.556,86	7,64
TOTAL GERAL		CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO						212.304,55	95.870,27	308.174,82	100,00
		BDI (%)						51.144,17	23.095,15	74.239,31	24,09%

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)			
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO				
TOTAL GERAL														
		CUSTO TOTAL DA CONSTRUÇÃO					263.448,72	118.965,42	382.414,14					



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO IV

Planilha Estimativa de Composição do BDI

POLICIA FEDERAL
RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.

Demonstrativo de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI
PREÇOS NÃO DESONERADOS

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.

Data: ago/21

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA
1	Administração Central (AC)	5,50%
2	Seguros (S) + Garantias (G)	1,00%
3	Riscos Imprevistos (R)	1,27%
4	PIS (I)	0,65%
5	ISS (I)*	2,00%
6	COFINS (I)	3,00%
7	Despesas Financeiras (DF)	0,59%
8	Bonificação (Lucro) (L)	8,00%

* Município de Santana do Livramento (4,00% - abatimento de 50% em Materiais)

Cálculo do BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1+AC+S+R+G)) * (1+DF) * (1+L)}{(1-I)} - 1$$

BDI = 24,09%



JUSTIFICATIVAS DO BDI REFERENCIAL

1 Observações Gerais

Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.2.1, que trata dos valores para construção de edifícios.

Faixas recomendadas pelo TCU:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
20,34%	22,12%	25,00%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
11,10%	14,02%	16,80%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 24,09%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado.

2 Administração Central

A administração central de uma empresa de construção civil é toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção da empresa como um todo. Normalmente são profissionais que auxiliam a equipe que estará diretamente no canteiro de obras (engenheiro supervisor, contador, pessoal administrativo, etc.), despesas com viagens, equipamento/aluguel de veículos, e demais despesas.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

Faixas recomendadas pelo TCU:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
3,00%	4,00%	5,50%



Polícia Federal

GTED/SELOG/SR/PF/RS

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
1,50%	3,45%	4,49%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 5,50%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado

3 Seguro e Garantia

Despesas com seguros e garantias precisam ser consideradas em uma obra. Estas devem ser incluídas no BDI.

Faixas recomendadas pelo TCU:

SEGURO + GARANTIA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,80%	0,80%	1,00%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS SEGURO + GARANTIA Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,30%	0,48%	0,82%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 1,00%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado

4 Riscos

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros.

Quanto à taxa para riscos, essa deve estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro.

Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros, cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc.



Polícia Federal

GTED/SELOG/SR/PF/RS

Faixas recomendadas pelo TCU:

RISCO CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,97%	1,27%	1,27%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS RISCO Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,56%	0,85%	0,89%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 1,27%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado

5 Despesas Financeiras

A fim de executar os serviços da obra, a empresa contratada deverá antecipar capital até a chegada do pagamento. Para isto ela terá encargos financeiros, que deverão ser considerados no BDI.

Faixas recomendadas pelo TCU:

DESPESA FINANCEIRA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,59%	1,23%	1,39%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESPESA FINANCEIRA Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
0,85%	0,85%	1,11%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 0,59%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado

6 LUCRO

O lucro é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aqueles referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.



Polícia Federal

GTED/SELOG/SR/PF/RS

Faixas recomendadas pelo TCU:

LUCRO CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
6,16%	7,40%	8,96%

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DEMATERIAIS E EQUIPAMENTOS LUCRO Acórdão Nº 2622/2013 - TCU		
1º Quartil	Médio	3º Quartil
3,50%	5,11%	6,22%

Percentuais adotados:

- BDI GERAL: 8,00%
- BDI DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS: não considerado

7 Tributos

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISS na construção civil é de 4%, em Santana do Livramento/RS. A mão de obra nesta obra constitui aproximadamente 50% do valor total da obra. Desta forma o valor a ser considerado aqui é de 2,00% do valor total da obra.

Percentuais adotados:

- PIS: 0,65%
- COFINS: 3,00%
- ISS: 2,00%



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO V

Cronograma físico-financeiro



OBRA : RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.

END. : RUA SILVEIRA MARTINS Nº 1257 - SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

PROPR. : POLICIA FEDERAL

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO MENSAL							
ITEM	DISCRIMINAÇÃO		%	1	%	2	TOTAL
0	SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA						
SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA			7%	20.659,95	4%	11.646,76	32.306,71
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	11.859,47	88%	10.436,33	12%	1.423,14	11.859,47
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	20.447,24	50%	10.223,62	50%	10.223,62	20.447,24
I	DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS						
DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS			36%	112.000,82	46%	140.310,43	252.311,25
I-1	SERVIÇOS PRELIMINARES	93.215,42	80%	74.572,34	20%	18.643,08	93.215,42
I-2	COBERTURA E PROTEÇÕES	145.961,63	23%	33.571,17	77%	112.390,45	145.961,63
I-3	PAVIMENTAÇÕES	3.857,31	100%	3.857,31	0%	-	3.857,31
I-4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	7.716,86	0%	-	100%	7.716,86	7.716,86
I-5	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	1.399,60	0%	-	100%	1.399,60	1.399,60
I-6	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	160,42	0%	-	100%	160,42	160,42
II	RESTAURAÇÃO DO PARQUET						
RESTAURAÇÃO DO PARQUET			4%	11.467,11	4%	12.089,75	23.556,86
II-1	SERVIÇOS PRINCIPAIS	22.934,22	50%	11.467,11	50%	11.467,11	22.934,22
II-1.1	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	622,64	0%	-	100%	622,64	622,64
TOTAL GERAL	CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO	308.174,82	47%	144.127,89	53%	164.046,93	308.174,82
BDI (%)	24,09%	74.239,31		34.720,41		39.518,91	74.239,31
	CUSTO TOTAL DA CONSTRUÇÃO	382.414,14	47%	178.848,30	53%	203.565,84	382.414,14



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

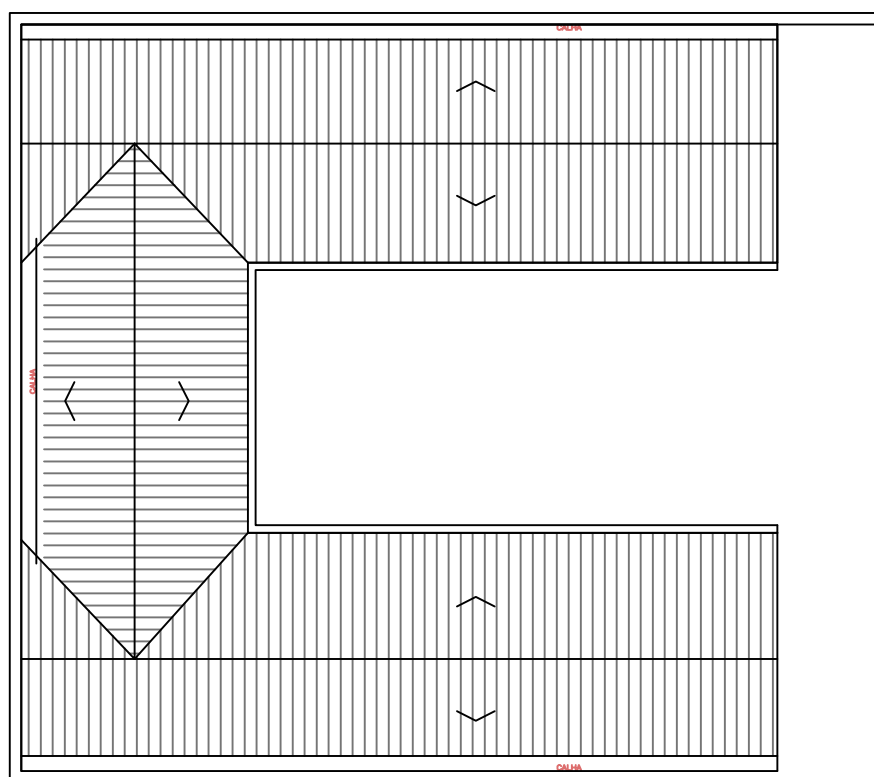
OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO VI

Plantas

FUNDOS DO TERRENO DA RUA SILVEIRA MARTINS 1257



PLANTA BAIXA

ESCALA 1/200

A DEMOLIR

Grupo Técnico em Edificações Polícia Federal

Estado do Rio Grande do Sul

TÍTULO: Reforma de Garagem Coberta para Viaturas		ÁREA: 370 m²
LOCAL: DPF - Santana do Livramento RS	SITUAÇÃO: Próprio	DATA: Agosto / 2021
RESPONSÁVEL TÉCNICO: CARLOS XAVIER VILLELA		ESCALA: Indicada
DESENHO CAD: NÍCOLAS DE SANTIS		PRANCHA: 1/3
ASSUNTO: Planta Baixa - A Demolir		



TÍTULO: Reforma de Garagem Coberta para Viaturas		ÁREA: 370 m²
LOCAL: DPF - Santana do Livramento RS	SITUAÇÃO: Próprio	DATA: Agosto / 2021
RESPONSÁVEL TÉCNICO: CARLOS XAVIER VILLELA		ESCALA: Indicada
DESENHO CAD: NÍCOLAS DE SANTIS		PRANCHA: 3/3
ASSUNTO: Corte Esquemático - A Construir		



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO VII

Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013)

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO	Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RJ004840	Profissional: CARLOS ANDRÉ XAVIER VILLELA	E-mail: villela.caxv@dpf.gov.br
RNP: 2005399841	Título: Engenheiro Civil	
Empresa: NENHUMA EMPRESA		Nr.Reg.:

Contratante

Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO RS		E-mail: gab.srrs@dpf.gov.br	
Endereço: AVENIDA IPIRANGA 1365	Telefone: 5132359005	CPF/CNPJ: 00394494003747	
Cidade: PORTO ALEGRE	Bairro: AZENHA	CEP: 90160093	UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO RS	CPF/CNPJ: 00394494003747
Endereço da Obra/Serviço: Rua SILVEIRA MARTINS 1257	CEP: 97573511 UF: RS
Cidade: SANTANA DO LIVRAMENTO	Bairro: CENTRO
Finalidade: PÚBLICO	Vlr Contrato(R\$): 0,01 Honorários(R\$): 0,01
Data Início: 01/10/2021 Prev.Fim: 30/10/2021	Ent.Classe:

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Elaboração	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO	726,60	M²
Orçamento	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO	726,60	M²

Atenção:

- 1) Este documento é um rascunho da ART. Ele serve para o contratante aprovar as informações da ART com base no contrato.
- 2) Este rascunho não possui valor jurídico e não pode ser utilizado como ART.
- 3) A versão oficial desta ART estará disponível para impressão após a compensação bancária da taxa (dia útil após o seu pagamento).

Barrisul 041-8 04192.10067 50151.175010 26520.440640 4 87890000008878

Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA BDL					Vencimento	30/10/2021
Beneficiário CREA-RS Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS CNPJ 92.695.790/0001-95					Agência/Cód.Beneficiário	0065-48/015117596
Data do documento 05/10/2021 Nr.Docto 11515377 Espécie DOC DM Aceite NÃO Data Processamento 05/10/2021 00:00					Nosso Número	0126520468
Uso Banco Carteira 01 Espécie R\$ Quantidade Valor					(=) Valor do Documento	88,78
Instruções: (Todas as informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do beneficiário) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. Este documento só terá validade após seu pagamento. Agendamento só terá validade após sua compensação bancária.					(-) Desconto/Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora/Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	
Pagador: CARLOS ANDRÉ XAVIER VILLELA					CPF: 00464173701	
R DOUTOR TIMOTEO, 1045 802					PORTO ALEGRE - RS	
					90570041	



Autenticação mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO VIII

Composições Elaboradas

COMPOSIÇÕES ELABORADAS COM INSUMOS DE COTAÇÕES E/OU SINAPI COM COEFICIENTES BASE SINAPI E/OU OUTRAS FONTES MERCADO	PREÇOS NÃO DESONERADOS
---	-------------------------------

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPUE 011	TAMPA METALICA CEGA PARA CONDULETE	M					
MERCADO	INSUMO	COT-011	Tampa metálica p/ condutele Tampa cega	M	1,00	2,99	2,99		
SINAPI	COMPOSICAO	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,05	17,36		0,87	
SINAPI	COMPOSICAO	88316	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,05	17,76		0,89	
			TOTAL				2,99	1,76	4,75

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 019	CARGA E TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - (UNIDADE: M3). AF_07/2020 DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM)	VIAGEM					
SINAPI	COMPOSICAO	97912	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 20 KM	M3XKM	120,00	2,70		324,00	
SINAPI	COMPOSICAO	100973	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SO	M3	6,00	6,81		40,86	
			TOTAL				0,00	364,86	364,86

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	M. OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 030	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2					

SINAPI	INSUMO	4417	SARRAFO DE MADEIRA NAO APARELHADA *2,5 X 7* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	1,0000000	4,32	4,32		
SINAPI	INSUMO	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, DE *2,0 X 1,125* M	M2	1,0000000	225,00	225,00		
SINAPI	INSUMO	5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	0,1100000	22,31	2,45		
SINAPI	COMPOSICAO	88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000000	21,31		21,31	
SINAPI	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000000	17,76		35,52	
TOTAL							231,77	56,83	288,60

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPUE 031	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN					
CREA	INSUMO	COT.8	ART DE EXECUÇÃO DA OBRA	UN	1,0000000	233,94	233,94		
TOTAL							233,94	0	233,94

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPU 032	PROJETO EXECUTADO "AS BUILT"	UN					
SINAPI	COMPOSIÇÃO	90777	ENGENHEIRO	H	2	95,38		190,76	
SINAPI	COMPOSIÇÃO	88597	DESENHISTA	H	4	37,02		148,08	
MERCADO	INSUMO	COT.002	PLOTAGENS	M2	1,0000000	12,00	12,00		
TOTAL							12,00	338,84	350,84

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPU 033	PROJETO ESTRUTURAL	UN					
SINAPI	COMPOSIÇÃO	90777	ENGENHEIRO	H	30	95,38		2.861,40	
SINAPI	COMPOSIÇÃO	88597	DESENHISTA	H	60	37,02		2.221,20	

CREA	INSUMO	COT.8	ART	UN	1,0000000	233,94	233,94		
MERCADO	INSUMO	COT.002	PLOTAGENS	M2	3	12,00	36,00		
TOTAL							269,94	5.082,60	5.352,54

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPUE 034	MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	UN					
MERCADO	INSUMO	COT	PASSAGEM RODOVIÁRIA (Santa Maria/RS)	UN	4,00	105,00	420,00		
SINAPI	COMPOSICAO	67826	CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3 TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 11.130 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 5,36 M, POTÊNCIA 185 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014 (Vindo de Santa Maria/RS - 243 Km)	KM	486,00	2,73		1.327,27	
TOTAL							420,00	1.327,27	1.747,27

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
ESPECÍFICA		CPUE 035	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UN					
MERCADO	INSUMO	COT	DESPESAS DE ESCRITÓRIO	MÊS	3,00	300,00	900,00		
								-	
TOTAL							900,00	0,00	900,00

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 036	INSTALAÇÃO DE CANTEIRO	UN					

SINAPI	COMPOSICAO	93584	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO	M2	4,00	746,57	2.986,28		
TOTAL							2.986,28	0,00	2.986,28

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	MÃO OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 037	MOVIMENTAÇÃO DE MOVEIS E COMPUTADORES	M2					
SINAPI	COMPOSICAO	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,10	17,36		1,74	
SINAPI	COMPOSICAO	88241	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,10	16,65		1,67	
TOTAL							0,00	3,40	3,40

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	M. OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 038	RASPAGEM, CALAFETAGEM, APLICAÇÃO DE SYNTECO ALTO BRILHO EM PISO DE MADEIRA	M2					
SINAPI	INSUMO	10475	VERNIZ SINTETICO BRILHANTE PARA MADEIRA TIPO COPAL, USO INTERNO	L	0,18	28,74	5,17		
SINAPI	INSUMO	11849	COLA BRANCA BASE PVA	L	0,5	14,70	7,35		
SINAPI	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5	17,76		26,64	
TOTAL							12,52	26,64	39,16

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	M. OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 039	RASPAGEM E ENCERAMENTO DE RODAPÉ DE MADEIRA	M					
SINAPI	INSUMO	10475	VERNIZ SINTETICO BRILHANTE PARA MADEIRA TIPO COPAL, USO INTERNO	L	0,003	28,74	0,09		
SINAPI	COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,27	17,76		4,7952	

	TOTAL	0,09	4,80	4,88
--	--------------	-------------	-------------	-------------

ORIGEM	TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	COEF.	CUSTO	MATERIAL	M. OBRA	TOTAL
SINAPI		CPUE 040	PINTURA DE ACABAMENTO COM APLICAÇÃO DE 02 DEMÃOS DE VERNIZ POLIURETANO SOBRE SUPERFÍCIE DE MADEIRA	M2					
SINAPI	INSUMO	10478	VERNIZ POLIURETANO BRILHANTE PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, USO INTERNO E EXTERNO	L	0,18	32,67	5,88		
SINAPI	INSUMO	5318	SOLVENTE DILUENTE A BASE DE AGUARRAS	L	0,02	20,98	0,42		
SINAPI	COMPOSIÇÃO	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3	22,52		6,76	
SINAPI	COMPOSIÇÃO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,15	17,76		2,664	
TOTAL							6,30	9,42	15,72



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO IX

Pesquisas de Mercado

FRETE GRÁTIS para Sul, Sudeste e Centro Oeste nas compras acima de R\$ 399,00

TELEVENIDAS: (19) 3116-4000

WHATSAPP: (19) 99863-0881



🔍 Digite aqui o que está procurando

BUSCAR

 [Entre ou](#)
[Cadastre-Se](#)

 [Fale](#)
[Conosco](#)



**TODOS OS
DEPARTAMENTOS**

FERRAMENTAS
ELÉTRICAS

FERRAMENTAS À
BATERIA

FERRAMENTAS
MANUAIS

AUTOMOTIVO

COMPRESSORES DE
AR

CASA E
JARDIM

🏠 / Material Elétrico / Tampas para Condutes



☆☆☆☆☆ (Avalie agora!)

TAMPA CEGA CONDULETE ESTAMPADA 3/4" 56114/006


TRAMONTINA ELETRIK

Tramontina Eletrik
SKU 144733

Por **R\$ 3,33**

R\$ 3,00 à vista

 No boleto ou depósito bancário já com 10% de desconto

 Ou em até 12x de R\$ 0.28
[Outras formas de pagamento](#)

Quantidade:

1



COMPRAR AGORA

Retirar na loja

Veja as opções

CALCULAR prazo de entrega

Não sabe o CEP?

INFORMAÇÕES DO PRODUTO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

- A Tampa para Condulete é um Produto Forjasul, uma empresa do grupo Tramontina;
- Produzido em alumínio;
- Conta com elevada resistência mecânica e a corrosão, sendo imprescindível para instalações eletricas aparentes;
- Indicado para instalações residenciais, comerciais e industriais;
- Pintura Eletrostática a pó;
- Acompanha junta de vedação em plástico flexível e parafusos.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

PRODUTOS RELACIONADOS



Junta de Vedação Tampa Cega
3/4\" 56114...

Tramontina Eletrik

por **R\$ 5,59** á vista

via boleto ou transferência (já com 10% de desconto)



Tampa Cega Condulete 1"
56117/007 TRAM...

Tramontina Eletrik

por **R\$ 5,54** á vista

via boleto ou transferência (já com 10% de desconto)



Tampa Cega para Condulete
57252/006 TRAMONTINA

Tramontina Eletrik

por **R\$ 3,29** á vista

via boleto ou transferência (já com 10% de desconto)

43% OFF



Tampa para Conduleto
56117

Tramontina Eletrik

de R\$ 6,09

por **R\$ 3,11** á vista

via boleto ou transferência (já com 10% de desconto)

AVALIAÇÕES E OPINIÕES

Tem esse produto? Seja o primeiro a avaliá-lo!

ESCREVER AVALIAÇÃO...



PRODUTOS DA MESMA MARCA

Plugue Fêmea Reto 2P 20A 250V
TRAMONTI...

Tramontina Eletrik

por **R\$ 7,06** á vistavia boleto ou transferência (já com 10% de
desconto)Plugue Fêmea Reto 2P+T 10A
250V TRAMON...

Tramontina Eletrik

por **R\$ 7,68** á vistavia boleto ou transferência (já com 10% de
desconto)Plugue Fêmea Reto 2P+T 20A
250V TRAMON...

Tramontina Eletrik

por **R\$ 7,94** á vistavia boleto ou transferência (já com 10% de
desconto)Plugue Macho Ang
250V TRAN...

Tramontina E

por **R\$ 4,29** á vistavia boleto ou transferência (já com 10% de
desconto)QUER MAIS DESCONTO
PARA COMPRAR SUAS
FERRAMENTAS?

NOME:

Nome completo

E-MAIL:

ex: carlos@email.com.br

CADASTRAR

REDES SOCIAIS

BLOG

FORMAS DE PAGAMENTO



AQUI TEM SEGURANÇA



Institucional	Ajuda e Suporte		Atendimento
Quem somos	Como Comprar	Política de Entrega	<u>(19) 3116-4000</u>
Lojas físicas	Formas de Pagamento	Política de Privacidade	Fale agora conosco
Atendimento B2B	Dúvidas Frequentes	Contato	WhatsApp: (19) 99863-0881
Trabalhe conosco	Trocas e Devoluções		De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30

Nossas Lojas

Loja - Campinas

Av. Ralfo Leite de Barros nº 55/65
Jardim do Trevo - Campinas / SP
[Tel: \(19\) 3516-3000](tel:(19)3516-3000)

Loja Jundiaí

Av. 14 de Dezembro nº 1501
Vl. Mafalda - Jundiaí / SP
[Tel: \(11\) 4588-4400](tel:(11)4588-4400)

Loja Limeira

Via Francisco D' Andréa nº 6667/6679
Porto Real II - Limeira / SP
[Tel: \(19\) 3446-4510](tel:(19)3446-4510)



Da nossa fundação, em 17 de abril de 1995 na cidade de Campinas-SP, até hoje, fazemos tudo que está ao nosso alcance para oferecer uma linha completa de ferramentas elétricas e manuais, compressores de ar, máquinas, acessórios e equipamentos para auto mecânica, construção civil, casa e jardim, limpeza, solda, movimentação de carga, organização e armazenagem.

Aqui você encontra novidades em produtos das melhores marcas do mercado: Dremel, Tramontina, Stihl, Bosch, Kärcher, Schulz, Skil, Trapp, Gedore, Palettrans, dentre outras. Nosso Centro de Distribuição atua com excelência para fornecer ferramentas voltadas a Manutenções, Reparos e Operações (MRO), além de suprir a demanda de nossas 4 lojas físicas, televendas e da nossa loja virtual, que já atendeu mais de 1,3 milhão de pedidos em todo país.

Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda

Rua Ronald Cladstone Negri, 375 - Polo I de Alta Tecnologia de Campinas | Campinas SP | CEP: 13069-472

Tray Corp by FBITS© TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Eventuais promoções, descontos, preços e prazos de pagamento expostos aqui são válidos apenas para compras via internet.

As fotos, textos e layout aqui veiculados são de propriedade da Loja. É proibida a utilização total ou parcial sem nossa autorização. Imagens meramente ilustrativas.

ATENÇÃO: Em caso de divergência de preços no site, o valor válido é o do Carrinho de Compras.




Pesquise aqui e receba em casa ou retire na loja...



Bem vindo ;)

Entre ou Cadastre-se

 Nossas Lojas

 Minha Conta

 Rastreamento

 Atendimento

Compre por >

Departamento

Compre por >

Ambientes

Lampadas LED

Interruptores e

Tomadas

Promoções

Dê sua opinião sobre nosso site!





TAMPA CEGA PARA CONDULETE 1/2" E 3/4" PRETA INPOL

5 de 5

(5)



Compartilhe

SKU 600120



Mais info do produto

R\$2,17

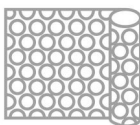
à vista no boleto (1 Dia Útil)

Desconto exclusivo para compras online

Dê sua opinião sobre nosso site!



R\$2,17



FRETE E PRAZO [saiba +](#)

Norte e Nordeste - a partir de 7 dias úteis

Centro-Oeste - a partir de 5 dias úteis

Sul-Sudeste - a partir de 3 dias úteis

São Paulo e Região - a partir de 3 dias úteis

Curitiba e Região - a partir de 4 horas úteis ***

NÃO PERCA essa oferta, e selecione a quantidade!

Quantidade

- 1 +

Informações do Produto

Altura:	9,5cm
Aviso:	Para sua segurança, certifique-se que a rede elétrica esteja desligada no momento da instalação.
Comprimento:	5,1cm
Cor:	Preto
Dimensão:	1/2" e 3/4"
Formato:	Retangular
Largura:	0,5cm
Material:	Plástico PVC
Modelo:	207
Produto:	Tampa para Condulete
Produto Acompanha Embalagem:	Não

Pergunte e veja opiniões de quem já comprou

5/5

NOTA DO PRODUTO

Dê sua opinião sobre nosso site!





Avaliações mais recentes

exibindo: mais recentes



5



Por: ALEXANDRE...

Em: 12/08/2020

"Produto atendeu minhas expectativas."



Olá Alexandre, ficamos felizes que sua experiência com o produto tenha sido tão positiva. Estamos a sua disposição sempre que precisar de nós! ;)



Sim, eu recomendo este produto

ESTA AVALIAÇÃO FOI ÚTIL?

👍 SIM (0)

👎 NÃO (0)

5



Por: SAMIR C....

Em: 11/05/2021

Cliente não escreveu uma avaliação, apenas deu a nota do produto.



Olá, ficamos felizes que sua experiência com o produto tenha sido tão positiva. Estamos a sua disposição sempre que precisar de nós! ;)



Sim, eu recomendo este produto

ESTA AVALIAÇÃO FOI ÚTIL?

👍 SIM (0)

👎 NÃO (0)

5



Por: Júlio c....

Em: 14/09/2020

Cliente não escreveu uma avaliação, apenas deu a nota do produto.

Dê sua opinião sobre nosso site!





Dê sua opinião sobre nosso site!



procure por código, nome, marca...

Bem-vindo :)
Entre ou cadastre-se



☰ Todos os departamentos ▾ Ofertas do dia Celulares Móveis Eletrodomésticos Tv e Vídeo Informática

🏠 > Casa e Construção > Condutele

TAMPA PARA CONDULETE - Tramontina

Código jb6k8d786f | [Ver descrição completa](#) | [Tramontina](#)



Vendido por [RBP Store](#)

Entregue por

R\$ 3,20

R\$ 2,98 (7% de desconto)

[Mais formas de pagamento](#)

🛒 Adicionar à sacola

Consultar prazo e valor do frete

00000-000

Ok

[Não sei o CEP](#)



Produtos patrocinados



Aspirador de Pó e Água
Electrolux 1250W -

de R\$429,90 por

R\$269,00 à vista

ou R\$ 269,00

5x de R\$ 53,80 sem juros



Aspirador de Pó Portátil
e Vertical Electrolux -

de R\$349,90 por

R\$189,00 à vista

ou R\$ 189,00

4x de R\$ 47,25 sem juros



Lavadora de Alta
Pressão Electrolux

de R\$728,00 por

R\$399,90 à vista

ou R\$ 399,92

8x de R\$ 49,99 sem juros



Lavadora de Alta
Pressão Electrolux Ultra

de R\$729,90 por

R\$537,61 à vista

ou R\$ 565,90

10x de R\$ 56,59 sem juros



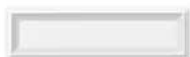
Caixa D'água Fácil
Instalação 500Litros -

de R\$399,90 por

R\$399,90 à vista

ou R\$ 399,96

12x de R\$ 33,33 sem juros



Revestimento Acetinado
7x24cm Caixa com 12

de R\$44,90 por

R\$44,90 à vista

ou R\$ 44,90

1x de R\$ 44,90 sem juros



Tinta Fosco Interior
Rende e Cobre Muito

de R\$350,00 por

R\$350,00 à vista

ou R\$ 350,02

11x de R\$ 31,82 sem juros



Caixa De Água 310L
Polietileno Tampa Rosca

de R\$340,99 por

R\$340,99 à vista

ou R\$ 341,00

11x de R\$ 31,00 sem juros

Produtos similares



TAMPA PARA
CONDULETE -



Tampa Cega Para
Condulete 3/4"



Tampa cega para
condulete 1/2" e 3/4" - ...



Tampão para condulete
multiplo 2" - Tramontina

Produtos mais buscados na semana





Kit Lâmpadas LED 10
Unidades Branca E27 ...

★★★★★ (9)

de R\$ 120,00 por

R\$ 59,90



Lâmpada de LED Elgin
Branca E27 9W - 650...

★★★★★ (6)

de R\$ 12,00 por

R\$ 6,89



Escada 6 Degraus
Alumínio Mor - 5104

★★★★★ (88)

de R\$ 235,00 por

R\$ 161,41 à vista

ou R\$ 169,90

5x de R\$ 33,98 sem juros



Lixeira Pia Cozinha
Embutir Aço Inox 5 L...

★★★★★ (1)

por

R\$ 124,51 à vista

ou R\$ 133,88

4x de R\$ 33,47 sem juros

[Voltar ao topo](#)

[Descrição completa](#)

[Avaliação dos clientes](#)

[Formas de pagamento](#)

Informações do produto

TAMPA PARA CONDULETE - Tramontina

1. Solução para instalações aparentes, onde a intenção é não quebrar as paredes para embutir a instalação elétrica. De execução simples para fábricas, comércio e residências. 2. Fácil manutenção, resistente, segura e econômica. 3. Apresentam elevada resistência mecânica e à corrosão. 4. São fornecidas com junta de vedação em plástico flexível e parafusos. Tampa cega para condulete em alumínio estampado

**Informações
complementares**

Marca
Material

Tramontina
Alumínio

[Denunciar anúncio](#)

Formas de pagamento

Cartão de crédito

R\$ 2,98 à vista (7% de desconto)

2x R\$ 1,64 com juros

3x R\$ 1,10 com juros

4x R\$ 0,83 com juros

Cartões Luiza

R\$ 2,98 à vista (7% de desconto)

2x R\$ 1,62 com juros

3x R\$ 1,09 com juros

4x R\$ 0,82 com juros

5x R\$ 0,67 com juros
6x R\$ 0,57 com juros
7x R\$ 0,49 com juros
8x R\$ 0,43 com juros
9x R\$ 0,39 com juros
10x R\$ 0,35 com juros
11x R\$ 0,32 com juros
12x R\$ 0,30 com juros

5x R\$ 0,66 com juros
6x R\$ 0,55 com juros
7x R\$ 0,48 com juros
8x R\$ 0,42 com juros
9x R\$ 0,37 com juros
10x R\$ 0,34 com juros
11x R\$ 0,31 com juros
12x R\$ 0,28 com juros

 **Boleto bancário** R\$ 2,98 à vista (7% de desconto)

consultas relacionadas: TAMPA PARA CONDULETE - Tramontina TAMPA TAMPA CONDULETE - Tramontina TAMPA CONDULETE
TAMPA - Tramontina TAMPA Tramontina

Formas de pagamento



 receba ofertas com preços exclusivos + política de privacidade

digite o seu nome

digite o seu e-mail

ENVIAR

departamentos

ar e ventilação
artesanato
áudio
automotivo
bebês
beleza e perfumaria
bem-estar sexual
brinquedos
cama, mesa e banho
câmeras e drones
casa e construção
celulares
colchões
comércio e indústria
cursos
eletrodomésticos
eletroportáteis
esportes e lazer

ferramentas e jardim
games
informática
instrumentos musicais
livros
mercado
móveis
papeleria
pet shop
relógios
saúde e cuidados pessoais
serviços
suplementos alimentares
tablets, ipads e e-readers
telefonía fixa
tv e vídeo
utilidades domésticas

marketplace

venda seus produtos
central de atendimento
atendimento
meus pedidos
trocas e devoluções
termo de compra e venda
arrependimento ou desistência
assistência técnica dos fabricantes
política de privacidade

serviços

recarga premiada
tele vendas
lista de casamento
chá de bebê
magazine luiza
empresas
consórcio magalu
cartão luiza
luizaseg
parceiro magalu
cliente ouro
quero de casamento
maga mais
carnê digital

parcerias

seja nosso parceiro
institucional
quem somos
nossas lojas
portal da lu
trabalhe conosco
programa ouro
pesquisas acadêmicas
assessoria de imprensa
investidores
investors
fornecedores
portal financeiro

compre pelo telefone

0800 773 3838
segunda a domingo: 8h às 20h
(exceto feriados)
compre também pelo chat online
acessibilidade
versão mobile

Preços e condições de pagamento exclusivos para compras via internet, podendo variar nas lojas físicas. Ofertas válidas na compra de até 5 peças de cada produto por cliente, até o término dos nossos estoques para internet. Caso os produtos apresentem divergências de valores, o preço válido é o da Sacola de compras.

Vendas sujeitas a análise e confirmação de dados.
Magazine Luiza S/A - CNPJ: 47.960.950/1088-36

Endereço: Rua Arnulfo de Lima, 2385 - Vila Santa Cruz, Franca/SP - CEP 14.403-471
Endereço eletrônico: www.magazineluiza.com.br - © Magazine Luiza - Todos os direitos reservados
Fale conosco: <https://www.magazineluiza.com.br/central-de-atendimento/fale-conosco/>

ANUIDADES - 2020

Pessoa Física

NÍVEL	Valores para pagamento em cota única nas seguintes datas:			Valores para parcelamento, disponível até 31/03/2020
	31/03/2020 Valor integral sem desconto	29/02/2020 5% desconto	31/01/2020 10% desconto	Valor integral, sem desconto.
Superior	R\$ 577,11	R\$ 548,25	R\$ 519,40	6 parcelas de R\$ 96,18
Médio	R\$ 288,55	R\$ 274,12	R\$ 259,70	6 parcelas de R\$ 48,09

Pessoa Jurídica

FAIXA	Capital Social	Valores para pagamento em cota única nas seguintes datas:			Valores para parcelamento, disponível até 31/03/2020
		31/03/2020 Valor integral sem desconto	29/02/2020 5% desconto	31/01/2020 10% de desconto	Valor integral, sem desconto.
1	Até R\$ 50.000,00	R\$ 545,84	R\$ 518,55	R\$ 491,26	6 x R\$ 90,97
2	De R\$ 50.000,01 até R\$ 200.000,00	R\$ 1.091,68	R\$ 1.037,10	R\$ 982,51	6 x R\$ 181,94
3	De R\$ 200.000,01 até R\$ 500.000,00	R\$ 1.637,53	R\$ 1.555,65	R\$ 1.473,78	6 x R\$ 272,92
4	De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.183,34	R\$ 2.074,17	R\$ 1.965,01	6 x R\$ 363,89
5	De R\$ 1.000.000,01 até R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.729,20	R\$ 2.592,74	R\$ 2.456,28	6 x R\$ 454,86
6	De R\$ 2.000.000,01 até R\$ 10.000.000,00	R\$ 3.275,02	R\$ 3.111,27	R\$ 2.947,52	6 x R\$ 545,83
7	Acima de R\$ 10.000.000,00	R\$ 4.366,68	R\$ 4.148,35	R\$ 3.930,01	6 x R\$ 727,78

Os critérios e condições de cobrança de valores de Anuidades, Serviços, ARTs e Multas para o exercício de 2020 foram estabelecidos pelas Resoluções 1066 e 1067 de 25 de setembro de 2015, 1.111 de 14 de dezembro de 2018 e Decisões Plenárias 1.544/2019 e 1.542/2019, todas do Confea.

Atenção:

- 1) A partir de 01/04/2020 serão acrescidos aos valores das anuidades para pessoas físicas e jurídicas, **20% (vinte por cento) de multa e correção pelo INPC acumulado até o mês do pagamento;**
- 2) Parcelamento requerido a partir de 01/04/2020 será necessário apresentação do termo de confissão de dívida-anuidade em **qualquer unidade de atendimento do Crea-RS;**

TAXAS - 2020

1 - Registro de profissional

	R\$ 141,15

2- Registro de Pessoa Jurídica

a) Principal	R\$ 265,92
b) Restabelecimento de Registro	R\$ 265,92
c) Visto de registro	R\$ 132,57

3- Expedição de carteira de identidade profissional

A) Carteira Definitiva	R\$ 54,60
b) Substituição ou 2º via	R\$ 54,60
c) Reativação de cancelado (art. 64, parágrafo único, Lei 5.194/66)	R\$ 141,15

4-Certidões

A) de registro emitida pela internet (profissional e empresa)	isenta
B) Certidão de registro e quitação profissional	R\$ 54,60
C) Certidão de registro e quitação de pessoa jurídica	R\$ 54,60
D) Certidão especial	R\$ 54,60

5-Direito Autoral

A) Requerimento de registro de obra intelectual	R\$ 332,18
---	------------

6- Processo de regularização de ART (Res. 1.050 do Confea)

R\$ 332,18

Processo de registro de ART de atividade executada no exterior

TABELA A – ART DE OBRA OU SERVIÇO

FAIXA	VALOR DO CONTRATO OU CUSTO DA OBRA	TAXA ART
1	até R\$ 8.000,00	R\$ 88,78
2	de R\$ 8.000,01 até R\$ 15.000,00	R\$ 155,38
3	acima de R\$ 15.000,01	R\$ 233,94

TABELA B – ART MÚLTIPLA MENSAL

FAIXA	VALOR DO CONTRATO	TAXA ART
1	até R\$ 200,00	R\$ 1,72
2	de R\$ 200,01 até R\$ 300,00	R\$ 3,50
3	de R\$ 300,01 até R\$ 500,00	R\$ 5,22
4	de R\$ 500,01 até R\$ 1.000,00	R\$ 8,74
5	de R\$ 1.000,01 até R\$ 2.000,00	R\$ 14,05
6	de R\$ 2.000,01 até R\$ 3.000,00	R\$ 21,06
7	de R\$ 3.000,01 até R\$ 4.000,00	R\$ 28,25
8	acima de R\$ 4.000,00	TABELA A

Observação: A taxa mínima da ART Múltipla Mensal é R\$ 88,78.

ART DE RECEITUÁRIO AGRONÔMICO/INSPEÇÃO VEICULAR

Valor de cada receita agronômica. Na ART incluir múltiplos de 25 receitas limitadas a 500 receitas.	R\$ 1,72
Valor de cada inspeção veicular. Na ART incluir múltiplos de 25 inspeções limitadas a 100 inspeções.	R\$ 1,72

Observação: A taxa da ART de Receituário Agrônomo e Inspeção Veicular não poderá ser inferior a R\$ 88,78.

SERVIÇOS DA ART E ACERVO

Registro de Atestado por profissional (CAT com registro de atestado)		R\$ 89,67
	até 20 ARTs	acima 20 ARTs
Certidão de Acervo Técnico (CAT)	R\$ 54,60	R\$ 110,73
Certidão de Inexistência de obra/serviço	R\$ 54,60	R\$ 110,73
Certidão de ART	R\$ 54,60	R\$ 110,73
Certidões Diversas	R\$ 54,60	R\$ 110,73

Resoluções 1066 e 1067 de 25 de setembro de 2015, 1.111 de 14 de dezembro de 2018 e Decisões Plenárias 1.544/2019 e 1.542/2019, todas do Confea.



Bus

Santa Maria, RS

Santana do Livramento, RS

23/09/2021

Data de volta

Passagens de ônibus de Santa Maria, RS para Santana Do Livramento, RS [Inverter](#)[Passagens de ônibus](#) > [Rotas](#) > Passagens de ônibus de Santa Maria, RS para Santana Do Livramento, RS

Selecionar Viagem

Saída

☐ Manhã
(06:00 - 11:59)

☐ Tarde
(12:00 - 17:59)

Classe

☒ Convencional

Terminal de saída

☒ Santa Maria, RS

Terminal de chegada

☒ Santana do Livramento, RS

Companhia

☒ Planalto RS

Qua., Set. 22	Qui., Set. 23	Sex., Set. 24	Sáb., Set. 25	Dom., Set. 26	
Companhia	Saída	Embarque/Desembarque	Duração	Classe/Assentos	Preço
<div><div>Planalto</div><div>Conectando pessoas e destinos.</div></div>	06:00 11:50	Santa Maria, RS Santana do Livramento, RS	5h 50m	Convencional	R\$105,00
<div><div>Passagem no celular</div><div>Segurança Reforçada</div><div>Passagem impressa</div></div>					
<div><div>Planalto</div><div>Conectando pessoas e destinos.</div></div>	12:30 17:45	Santa Maria, RS Santana do Livramento, RS	5h 15m	Convencional	R\$105,00
<div><div>Passagem no celular</div><div>Segurança Reforçada</div><div>Passagem impressa</div></div>					

Viaje de Santa Maria para Santana Do Livramento com os ônibus:



Ônibus de Santa Maria para Santana Do Livramento - Terminais da rota:

Rodoviária de Santa Maria

Rua Pedro Pereira, 1450 - Ns de Lourdes | Santa Maria, RS - 97050-590
(55) 3222-4747

Institucional

[Aplicativo](#)
[Política de Privacidade](#)
[Termos de Uso](#)
[Política de Cookies](#)
[Sobre Nós](#)
[Carreiras](#)
[Passagens Promocionais](#)
[Tô de Passagem](#)

Categorias

[Destinos](#)
[Glossário](#)
[Rodoviárias](#)
[Viações](#)
[Estudos ClickBus](#)
[ClickBus X](#)
[Cupom de Desconto](#)

Business

[Programa de Afiliados](#)
[Parcerias](#)
[App Android](#)
[App IOS](#)

Ajuda

[Atendimento](#)
[Dúvidas Frequentes](#)

Tem dúvidas?

Entre em
contato
conoscoDe segunda à sexta das 09h às 18h
domingo e feriado das 09h às 16h

Pagamento


Ao continuar a usar este site, você concorda com o uso de
cookies de acordo com nossa [Política de Privacidade](#) e
[Política de Cookies](#)

Entendi

Com





Saiba mais 

Ao continuar a usar este site, você concorda com o uso de cookies de acordo com nossa [Política de Privacidade](#) e [Política de Cookies](#)

Entendi

[Home](#) |
 [Empresa](#) |
 [Serviços](#) |
 [Convênios](#) |
 [Tabela de Preços](#) |
 [Clientes](#) |
 [Contato](#)



Saiba como enviar arquivos para impressão.

Faça o login para entrar

E-mail:

Senha:

[Esqueci minha senha](#)
[Novo Cadastro](#)

[Log in](#)



NOVIDADE

Chegou nosso novo equipamento, Plotter com Scanner A0 colorido agora podemos oferecer a nossos clientes:

- Digitalização de plantas
- Scanner colorido A0
- Cópias plantas coloridas
- Redução/Ampliação plantas
- Impressão pôster alta resolução



Tabela de Preços

CÓPIA PB tam A4:

Até 30 cópias.....	R\$ 0,12
De 31 a 200 cópias.....	R\$ 0,10
Acima de 201.....	R\$ 0,09

IMPRESSÃO PB tam A4:

De 1 a 10.....	R\$ 0,30
De 11 a 100.....	R\$ 0,15
De 101 a 300.....	R\$ 0,12
Acima de 301.....	R\$ 0,10

CÓPIA COLORIDA tam A4:

Papel sulfite 90g.....	R\$ 1,15
Papel Couche a partir de	R\$1,70

IMPRESSÃO COLORIDA tam A4:

Papel sulfite 90g.....	R\$ 1,40
Papel Couche a partir de	R\$1,80

CÓPIAS DE PLANTAS:

Metro linear PB	R\$ 10,00
Metro Linear Colorida.....	R\$12,00

PLOTAGEM:PDF

Planta PB metro quadrado.....	R\$ 10,00
Planta color metro quadrado.....	R\$12,00
Imagem colorida 50%.....	R\$ 30,00
Imagem colorida 100%.....	R\$ 50,00

PLOTAGEM: AUTOCAD

Planta PB metro quadrado.....	R\$ 12,00
Planta color metro quadrado.....	R\$15,00
Imagem colorida 50%.....	R\$ 35,00
Imagem colorida 100%.....	R\$ 55,00

SCANNER (metro linear).....R\$10,00

ENCADERNAÇÕES

Encadernação Espiral 50 fls.....	R\$4,00
Encadernação Espiral 100 fls.....	R\$5,00
Encadernação Espiral 200fls.....	R\$5,50
Encadernação Espiral 300fls.....	R\$6,50
Encadernação Espiral 400fls.....	R\$8,50
Encadernação Espiral A3.....	R\$18,00
Capa Dura 500fls	R\$30,00
Capa Dura 800fls	R\$35,00
Capa Dura 1000fls	R\$40,00

Capa Dura A3R\$55,00

Encadernação Térmica 20 fls...	R\$9,00
Encadernação Térmica 50 fls...	R\$10,00
Encadernação Térmica 80 fls...	R\$11,00

CARTÕES DE VISITA

Cento em Couche 250g.....	R\$70,00
Milheiro (4X4).....	R\$85,00
Arte a partir de	R\$20,00

TELE ENTREGA a partir deR\$10,00
(consulte regiões)

CARIMBOS

Madeira a partir de	R\$10,00
Automático a partir de	R\$25,00

Av. Independência, 330 loja 02
Porto Alegre - RS

[Home](#)

[Empresa](#)

[Serviços](#)

[Convênios](#)

[Tabela de Preços](#)

[Clientes](#)

[Contato](#)

Telefone: (51) **3212.1612**



Copyright 2011 © Todos os direitos reservados.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES**

PROJETO BÁSICO

OBRA DE ENGENHARIA

Processo nº 08441.000505/2021-20

ANEXO X

Modelo de Proposta



OBRA : RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.
END. : RUA SILVEIRA MARTINS Nº 1257 - SANTANA DO LIVRAMENTO/RS
PROPR. : POLICIA FEDERAL

ÁREA (m2): 726,60
DATA BASE :AGOSTO/2021
SINAPI -NÃO DESONERADO

ORÇAMENTO DISCRIMINADO

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	
0		SERVIÇOS GERAIS E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA									
1		SERVIÇOS PRELIMINARES									
1.1		SERVIÇOS TÉCNICOS									
1.1.1	CPUE 031	ART de execução da obra	un	1,00							
1.1.2	CPUE 032	Projeto executado "As-built"	un	1,00							
1.2		PROJETO COMPLEMENTAR									
1.2.1	CPUE 033	Elaboração de Projeto Estrutural	un	1,00							
1.3		DESPESAS GERAIS									
1.3.1	CPUE 030	Placa de obra	m2	1,00							
1.3.2	CPUE 036	Instalação de canteiro	un	1,00							
1.3.3	CPUE 035	Administração local	un	1,00							
1.3.4	CPUE 034	Mobilização e desmobilização da obra	un	1,00							
2		ADMINISTRAÇÃO DA OBRA									
2.1		EQUIPE DE PESSOAL									
2.1.1	SINAPI 90778	Engenheiro civil pleno com encargos complementares	h	44,00							
2.1.2	SINAPI 90776	Encarregado geral	h	352,00							
0		SUB TOTAL									
		CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO									
I		DEMOLIÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS									
I-1		SERVIÇOS PRELIMINARES									
I-1.1		SERVIÇOS INICIAIS									
I-1.1.1	SINAPI 98529	Corte raso de arbusto	un	3,00							
I-1.1.2	SINAPI 98526	Remoção de raízes de arbusto	un	2,00							
I-1.1.3	SINAPI 97624	Demolição de piso/contrapiso	m3	0,78							
I-1.1.4	SINAPI 97622	Demolição de alvenaria de tijolos	m3	1,50							
I-1.1.5	SINAPI 97647	Demolição de cobertura de telhas cerâmicas	m2	448,49							
I-1.1.6	SINAPI 97650	Demolição de estrutura de madeira de telhado	m2	448,49							
I-1.1.7	SINAPI 97651	Remoção de tesouras de madeira	un	14,00							
I-1.1.8	CPUE 019	Carga e transporte de entulho em caminhão basculante 6m3	vg	19,00							
I-1.2		INFRA ESTRUTURA									
I-1.2.1	SINAPI 96523	Escavação manual das fundações	m3	42,12							
I-1.2.2	SINAPI 93382	Reaterro de fundações	m3	16,64							
I-1.2.3	SINAPI 99059	Locação da obra	m	134,00							
I-1.2.4	SINAPI 95241	Lastro de concreto magro	m2	39,20							
I-1.2.5	SINAPI 95955	Sapata de concreto armado	m3	23,52							
I-2		COBERTURA E PROTEÇÕES									
I-2.1		COBERTURA									
I-2.1.1	SINAPI 92593	Fabricação e montagem de Estrutura metálica em aço carbono	kg	7.292,00							
I-2.1.2	SINAPI 94207	Telha ondulada de fibrocimento e = 6 MM	m2	364,60							
I-2.1.3	SINAPI 94231	Rufo em aço galvanizado nº 24 -corte 25cm	m	92,20							
I-2.2		PINTURAS									
I-2.2.1	SINAPI 95624	Tinta acrílica 2d paredes	m2	505,40							
I-2.2.2	SINAPI 88411	Selador acrílico	m2	505,40							

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	
I-3		PAVIMENTAÇÕES									
I-3.1		PISOS EM GERAL									
I-3.1.1	SINAPI 93358	Escavação manual de valas	m3	9,12							
I-3.1.2	SINAPI 94319	Aterro manual de valas com compactação mecanizada	m3	3,97							
I-3.1.3	SINAPI 92398	Piso de concreto intertravado de 8cm	m2	49,17							
I-4		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS									
I-4.1		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS/CABEAMENTO									
I.4.1.1	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Amarelo	m	103,00							
I.4.1.2	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Azul claro	m	109,00							
I.4.1.3	SINAPI 91926	Isol. PVC - 450/750V (ref. Pirastic Ecoplus BWF Flexível) 2.5 mm² - Branco	m	109,00							
I.4.1.4	SINAPI 91939	Caixa PVC 4x2"	pç	2,00							
I.4.1.5	SINAPI 95787	Condulete alum. encaixe tipo LL 3/4" sem tampa	pç	30,00							
I.4.1.6	SINAPI 95758	Luva aço galvan. Leve 1"	pç	10,00							
I.4.1.7	SINAPI I-11945	Bucha de nylon S4	pç	6,00							
I.4.1.8	SINAPI I-4375	Bucha de nylon S6	pç	125,00							
I.4.1.9	SINAPI I-11055	Parafuso fenda galvan. cab. Panela 2,9x25mm autoatarrachante	pç	6,00							
I.4.1.10	SINAPI I-4377	Parafuso fenda galvan. cab. Panela 4,2x32mm autoatarrachante	pç	125,00							
I.4.1.11	SINAPI 101877	Quadro de distribuição de energia em PVC, para 3 disjuntores	pç	2,00							
I.4.1.12	SINAPI 93653	Disjuntor monopolar, tipo DIN, corrente nominal de 10A		3,00							
I.4.1.13	CPUE 011	Tampa metálica p/ condulete cega	pç	9,00							
I.4.1.14	SINAPI 91953	Interruptor simples	pç	3,00							
I.4.1.15	SINAPI 92000	Tomada simples	pç	6,00							
I.4.1.16	SINAPI I-39128	Braçadeira galvan. tipo D 3/4"	pç	134,00							
I.4.1.17	SINAPI 95745	Eletroduto galvanizado, vara 3,0m 3/4"	m	109,00							
I.4.1.18	SINAPI 97586	Luminária tipo calha, de sobrepor, com 2 lâmpadas tubulares	pç	12,00							
I-5		INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS									
I-5.1		ESGOTO PLUVIAL									
I-5.1.1	SINAPI 97900	Caixa enterrada hidráulica retangular em alvenaria	un	1,00							
I-5.1.2	SINAPI 90724	Junta argamassada	un	2,00							
I-5.1.3	SINAPI 93350	Coletor predial de esgoto	un	1,00							
I-6		SERVIÇOS COMPLEMENTARES									
I-6.1		LIMPEZA DO LOCAL									
I-6.1.1	SINAPI 99802	Limpeza final	m2	364,60							
I	SUB TOTAL	CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO									
II	RESTAURAÇÃO DO PARQUET										
II-1		SERVIÇOS PRINCIPAIS									
II-1.1		PREPARAÇÃO									
II-1.1.1	SINAPI 101751	Piso em taco de madeira	m2	2,00							
II-1.1.2	CPUE 038	Raspagem, calafetagem, aplicação de synteko alto brilho em piso de madeira	m2	362,00							
II-1.1.3	CPUE 039	Raspagem e enceramento de rodapé de madeira	m	312,88							
II-1.2		APLICAÇÃO DE LACA									
II-1.2.1	CPUE 040	Pintura de acabamento com aplicação de 02 demãos de verniz poliuretano sobre superfícies de madeira	m2	362,00							
II-1.3		MOVIMENTAÇÃO DOS MÓVEIS E COMPUTADORES									
II-1.3.1	CPUE 037	Movimentação de móveis e computadores	m2	362,00							
II-2		SERVIÇOS COMPLEMENTARES									
II-2.1		LIMPEZA DO LOCAL									
II-2.1.1	SINAPI 99803	Limpeza final	m2	362,00							
II	SUB TOTAL	CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO									
TOTAL GERAL		CUSTO DIRETO DA CONSTRUÇÃO									
		BDI (%)									

ITEM	FONTE PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	CUSTO UNITÁRIO (R\$)			CUSTO TOTAL (R\$)			INCIDÊNCIA ITEM (%)			
					MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO	MATERIAL	MÃO OBRA	SERVIÇO				
TOTAL GERAL														
		CUSTO TOTAL DA CONSTRUÇÃO												

POLICIA FEDERAL
RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.

Demonstrativo de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI
PREÇOS NÃO DESONERADOS

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DA COBERTURA DE VEÍCULOS DA DPF/LIV/RS.

Data: ago/21

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA
1	Administração Central (AC)	
2	Seguros (S) + Garantias (G)	
3	Riscos Imprevistos (R)	
4	PIS (I)	
5	ISS (I)*	
6	COFINS (I)	
7	Despesas Financeiras (DF)	
8	Bonificação (Lucro) (L)	

* Município de Santana do Livramento (4,00% - abatimento de 50% em Materiais)

Cálculo do BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1+AC+S+R+G)) * (1+DF) * (1+L)}{(1-I)} - 1$$

BDI =